



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Diálogos do Tempo:
Interfaces entre Comunicação e História**

Thiago Correia de Andrade

Março de 2019



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Diálogos do Tempo:
Interfaces entre Comunicação e História**

Thiago Correia de Andrade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Comunicação e Sociedade.

Linha de pesquisa: Teorias e Tecnologias da Comunicação

Orientador: Luiz C. Martino

Diálogos do Tempo: Interfaces entre Comunicação e História

Thiago Correia de Andrade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Comunicação e Sociedade.

Linha de pesquisa: Teorias e Tecnologias da Comunicação

Orientador: Luiz C. Martino

Aprovado em ____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz C. Martino (FAC/UnB)
Orientador

Prof. Dr. Gustavo de Castro (FAC/UnB)
Avaliador

Prof. Dr. José Otávio Nogueira Guimarães (HIS/UnB)
Avaliador

Prof. Dr. João José Azevedo Curvello (FAC/UnB)
Avaliador (Suplente)

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho como este se dá, sempre, como uma realização coletiva. A autoria de uma dissertação, ainda que seja um trabalho individual, passa pela colaboração de vários e várias sem os quais a tarefa seria, senão impossível, mais penosa do que já é. Em razão disso, não agradecer a esses colaboradores seria injusto e incorreto.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Evandro, com quem dividi cada passo dessa trajetória, desde a elaboração do pré-projeto até o último ponto final. Obrigado pelas risadas, pelo cuidado, pelo exemplo e inspiração e pelo abraço em todos os momentos. Obrigado pela família que é e somos.

Agradeço aos meus pais, Sandra e Maurício, pelo amor e pelo apoio sempre inabaláveis que prestam a mim e aos meus irmãos, Lucas, Pedro e Tatiana. Obrigado a eles também, e suas famílias, Ismênia e Estela, Jéssica, Caio e Ágata. A confiança de vocês em mim é uma certeza das mais reconfortantes.

Obrigado aos amigos que a História e a Comunicação me deram. Pelos, agora, 14 anos de convivência, agradeço aos historiadores que me acompanham em tantas aventuras e descobertas: Bárbara, Juliana, Yandra, Leny, Julia, Jéssica, Lewy, Vinícius e seus (nossos) agregados. Obrigado por serem farinhas do meu saco e por serem meu núcleo duro de todas as horas. As “jornalindas” Lorranny e Úrsula, obrigado por tantas roubadas, pautas e noites viradas para entregar revistas, reportagens e edições, sem deixar ninguém desistir. Vocês me inspiram.

Um obrigado muito especial para a Elisa, com quem divido não apenas os diplomas nas duas profissões, mas também com quem dividi toda essa jornada de pós-graduação. Passamos por mais essa. Juntos.

Agradeço, ainda, aos professores que contribuíram na construção do pré-projeto, das discussões em sala, das provocações que fizeram o trabalho avançar e desenvolver. Em especial, agradeço ao meu orientador, Luiz Martino, por me acompanhar e por tanto contribuir com este trabalho. Agradeço, também, aos professores José Otávio, Gustavo de Castro e João José Curvello, pela disponibilidade em participar da banca examinadora.

RESUMO

A presente dissertação teve por objetivo investigar as relações entre as noções de tempo histórico e tempo comunicacional. Ela se empenhou em estudar os diálogos possíveis de serem estabelecidos entre as noções de tempo histórico e o pensamento a respeito de um tempo comunicacional ou midiático. Para tanto, seu desenvolvimento abordou e problematizou as reflexões de historiadores e movimentos historiográficos a respeito do tempo com a intenção de relacioná-lo ao pensamento comunicacional. Ao longo da dissertação, foram analisadas as perspectivas de longa duração de Fernand Braudel, as categorias de “experiência” e “expectativa” de Reinhart Koselleck, bem como a noção de regime de historicidade e presentismo de François Hartog. Cada uma dessas ideias foi problematizada no campo da Comunicação, de maneira a refletir a respeito de construção de uma noção de tempo comunicacional para os autores da disciplina. Por fim, foi possível realizar aproximações entre as noções de tempo histórico e tempo comunicacional nas teorias de Harold Innis, Marshall McLuhan e de pensadores contemporâneos da disciplina.

Palavras-chave: tempo comunicacional; tempo histórico; teorias da Comunicação; presentismo; acontecimento.

ABSTRACT

The present dissertation had as its main purpose to investigate the relations between historical time and communicational time. The study struggled to analyze the dialogues which are possible to be established between the ideas of historical time and what has been thought regarding a communicational or a media time. In order to do so, the present study brought and discussed the reflexions of historians and historiographic movements regarding time aiming to relate them to a communicational thinking. Throughout this dissertation the ideas of Fernand Braudel's long term (or long *durée*) theory were analyzed, the categories of "experience" and "expectation" by Reinhart Koselleck, as well as François Hartog's notions of regims of historicity and presentism were also problematized. Each of these ideas were connected to the field of Communication as a way to consider the construction of an idea of communicational time. Finally, it was possible to create some approximation between the ideas of historical time and communicational time in the theories of Harold Innis, Marshall McLuhan and of contemporary thinkers of Communication.

Key words: communicational time; historical time; theory of Communications; presentism; event theory

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação do “Espaço de experiência” e “Horizonte de expectativa”.....	47
Figura 2 – Vaso de Rubin	57

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO II - A DIALÉTICA DA DURAÇÃO DE FERNAND BRAUDEL E OS MONOPÓLIOS DE CONHECIMENTO DE HAROLD INNIS	13
2.1 BRAUDEL, O HISTORIADOR	13
2.2 A ESCOLA DOS ANNALES: A REVOLUÇÃO FRANCESA DA HISTORIOGRAFIA	15
2.3 A DIALÉTICA DA DURAÇÃO	18
2.4 DIÁLOGOS COM A COMUNICAÇÃO.....	25
CAPÍTULO III - EXPERIÊNCIA/EXPECTATIVA E MEIO/MENSAGEM: A HISTÓRIA DOS CONCEITOS DE KOSELLECK E A CENTRALIDADE DOS MEIOS DE MCLUHAN	38
3.1 KOSELLECK.....	38
3.2 HISTÓRIA DOS CONCEITOS	40
3.3. EXPERIÊNCIA E EXPECTATIVA	43
3.4 DIÁLOGOS COM A COMUNICAÇÃO.....	51
CAPÍTULO IV - REGIMES DE HISTORICIDADE DE FRANÇOIS HARTOG, PRESENTISMO E ACONTECIMENTO	59
4.1 FRANÇOIS HARTOG	59
4.2 REGIMES DE HISTORICIDADE	61
4.3 PRESENTISMO	67
4.4 DIÁLOGOS COM A COMUNICAÇÃO.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

CAPÍTULO I - Introdução

A presente dissertação tem por objetivo investigar as relações entre as noções de tempo histórico e tempo comunicacional. Ela se empenhará no estudo dos diálogos possíveis de serem estabelecidos entre as noções de tempo histórico e o pensamento a respeito de um tempo comunicacional ou midiático. Para tanto, seu desenvolvimento irá abordar e problematizar as reflexões de historiadores e movimentos historiográficos a respeito do tempo com a intenção de relacioná-lo ao pensamento comunicacional.

O tempo é uma das categorias mais controversas em ciências naturais e também em ciências sociais. Seu conceito (ou seus variados conceitos) é debatido e considerado crucial para se pensar a realidade tanto dos fenômenos e eventos naturais, como para se questionar a respeito da existência humana e das nossas relações em sociedade ou com os espaços que habitamos. O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana, mas, como observa David Harvey, raramente discutimos o seu sentido, já que nossa tendência é tomá-los como certos e entendê-los a partir da noção de senso comum. A respeito dessa inquietação sobre precisar o que é ou como definir o tempo, Santo Agostinho lança a pergunta: “O que é então o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei, mas se alguém fizer a pergunta e eu quiser explicar, não sei mais” (AGOSTINHO *apud* HARTOG, 2015, p 84-85).

Estamos acostumados a registrar a passagem do tempo em segundos, minutos, horas, em dias, meses e anos, ou até mesmo em décadas, séculos e milênios. A perspectiva de análise temporal a partir desses critérios objetivos e de mecanização do tempo, porém, costuma gerar uma impressão de que a experiência com o tempo se resume à contabilização dessas escalas, gerando uma ideia de tempo absoluto. De acordo com David Harvey, ela sustenta um “paradigma mecanicista do tempo” (HARVEY, 2008, p. 187), entendido e criticado pelo autor como um processo de objetivação da escala temporal pelo senso comum.

No entanto, nas sociedades modernas, passamos por experiências de tempo diferentes, [vivas] de modo individual e coletivamente. Conforme afirma Manuel Castells, a maioria das pessoas vivencia, no mundo de hoje, uma temporalidade diferente. Na verdade, podemos notar uma multiplicidade de temporalidades, que nem sempre condizem com as apresentadas pelas qualidades objetivas e mecanizadas do

tempo. Experimentamos momentos, instantes, que aparentam se estender por horas, ou temos a sensação de que os meses se esgotaram em um ritmo acelerado, trazendo o ano para mais um fim, antecipado a nosso ver.

Esse deslocamento do tempo cronológico para um tempo fragmentado é uma questão que aparece em vários pensadores, de diferentes matizes teóricos. Um deles é o historiador E.P. Thompson. No artigo *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial* (1998), em que o autor se questiona de que maneira a mudança no senso de tempo afetou a disciplina de trabalho e até que ponto ela influenciou a percepção interna de tempo dos trabalhadores, Thompson apresenta a transformação do que ele chama de notações do tempo que envolvem o trabalho por tarefas e aquele regido pelo relógio, ou “com horário marcado”. Para o autor, mesmo não sendo possível quantificar a percepção de tempo de um trabalhador, nem a de milhões de trabalhadores, é possível constatar que, por volta de finais do século XVIII e início do século XIX, o relógio passou a desempenhar um papel maior de regulador dos ritmos exigidos pelo capitalismo industrial.

O contraponto a esse ritmo industrial, de acordo com Thompson, seria a notação de tempo presente nas sociedades camponesas, em que as pessoas encontravam-se mais voltadas às tarefas. Dessa percepção campesina de tempo, o autor consegue extrair três pontos de maior relevância. O primeiro seria o fato de que, em uma notação de tempo voltada para tarefas, há a interpretação de que ela é mais humanamente compreensível do que o trabalho por horário marcado. Um segundo ponto ressaltado pelo autor é o de que, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum, parece haver uma menor separação entre o trabalho e a vida, sendo diminuído o conflito entre essas duas esferas nas sociedades com trabalho de horário marcado. E, por último, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, a atitude dos orientados por tarefa parece não ter a urgência à qual estão acostumados.

Vale ressaltar que a construção desse modelo e os apontamentos destacados acima por Thompson se aplicam mais diretamente à realidade do camponês ou do artesão independente. No momento em que se insere uma divisão de trabalho nessas relações com as tarefas, a situação torna-se, naturalmente, mais complexa. A partir do instante em que se contrata os serviços do camponês, por exemplo, é notável a transformação que passa a haver de uma orientação por tarefas para um trabalho de

horário marcado. Nas palavras de Thompson, “aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu ‘próprio’ tempo”. O tempo passa, assim, a ser moeda: “ninguém passa o tempo, e sim o gasta” (THOMPSON, 1998, p. 272).

O surgimento de uma nova notação do tempo a partir dos ritmos do relógio, impulsionados pela pressa do capitalismo industrial que Thompson apresenta, bem como pela condição imposta ao trabalhador de alienação do único bem que é capaz de comercializar, qual seja, o seu próprio tempo, são constitutivos de uma nova maneira de se experienciar a realidade.

Já Manuel Castells, por exemplo, define o deslocamento do tempo cronológico para o tempo fragmentado como a fuga da cultura do relógio e o associa à libertação do capital em relação ao tempo. Dois movimentos que foram, segundo ele, em larga medida, “facilitadas pelas novas tecnologias da informação e embutidas na estrutura da sociedade em rede” (CASTELLS, 2016, p. 516).

Para Paul Virilio, as complexidades que envolvem as relações com os meios criam novas configurações espaciais e temporais, gerando o que ele considera como uma nova forma de realidade, desprovida de limites, na qual ondas eletromagnéticas apresentam novas maneiras de se relacionar com os meios de comunicação e criam uma incessante necessidade de libertação. Virilio indica que a necessidade de libertação do tempo e do espaço acabam por gerar um estado próximo da privação sensorial, em larga medida causada pela velocidade de alcançá-la. Para o autor, “os atuais progressos em matéria de transportes e transmissões serviram apenas para exasperar essa patologia imperceptível do deslocamento que não é mais do aqui até o lá, mas do até o estar lá e não estar mais lá” (VIRILIO, 1996, p. 78-79). É de se questionar, portanto, de que forma esse deslocamento temporal ou, como Virilio chama, essa necessidade veloz de libertação, afeta os indivíduos.

Essa inquietante e acelerada relação dos indivíduos com os meios de comunicação, bem como a existência de uma multiplicidade de temporalidades e de regimes temporais que se verificam a partir do surgimento dessas tecnologias indicam para a necessidade de se estudar a dimensão temporal que envolve a relação dos meios com os sujeitos e com a coletividade e desencadeia os questionamentos sobre os quais esta dissertação pretende se debruçar.

A fim de que a discussão a respeito das noções de tempo midiático fosse realizada, optou-se, na presente dissertação, por realizar um esforço de reflexão entre os estudos de Comunicação a esse respeito e as contribuições que o saber historiográfico pudessem dar ao debate. Dessa forma, para estabelecer o diálogo entre as concepções de tempo histórico e as noções de tempo comunicacional, o presente trabalho foi estruturado da maneira explicitada abaixo. Em um primeiro capítulo, será abordada a perspectiva de Fernand Braudel, historiador francês, expoente da segunda geração da Escola dos Annales, importante movimento historiográfico que lançou uma nova luz aos problemas da História a partir do início do século XX. A perspectiva da longa-duração de Braudel será problematizada com os estudos e as contribuições de Harold Innis, um dos maiores nomes da Escola de Toronto, que colocou na centralidade do debate comunicacional os meios de comunicação.

No segundo capítulo, à luz das contribuições trazidas pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, será problematizado o surgimento do que o autor denomina de modernidade, caracterizada pela ruptura cada vez mais larga das categorias “experiência” e “expectativa”, também amplamente discutidas no presente estudo. Considerando a metodologia de Koselleck de propor algumas categorias para a análise do tempo histórico, suas contribuições serão cotejadas com as de Marshall McLuhan, outro pensador dos processos comunicacionais, também canadense, como Innis. Ao longo do estudo, buscar-se-á demonstrar como categorias como forma e conteúdo, figura e fundo, também são maneiras de analisar os processos comunicacionais e as suas relações com o pensamento a respeito de um tempo comunicacional.

Por fim, a partir da hipótese do presentismo, proposta por outro historiador francês, François Hartog, será realizado um estudo da ferramenta de análise das crises do tempo que Hartog denomina de regimes de historicidade. A partir da reflexão a respeito do presentismo, serão trazidos estudos recentes de comunicação para pensarmos as relações existentes entre o presentismo e a própria ideia de um presentismo comunicacional, ou a tentativa de se pensar e de se compreender uma temporalidade midiática. Além disso, será feita uma análise do contexto midiático atual à luz do presentismo, trazendo à tona, por fim, as noções de atualidade e acontecimento, tidas também como fundamentais para se refletir a respeito de um tempo comunicacional.

CAPÍTULO II - A dialética da duração de Fernand Braudel e os monopólios de conhecimento de Harold Innis

Uma análise das noções de tempo não poderia deixar de fora um dos movimentos que mais marcaram a disciplina da História, a Escola dos Annales. Dentre os autores que marcaram esse movimento, que será detalhado mais adiante, elencamos Fernand Braudel. É, portanto, este o objetivo deste capítulo: articular as concepções de tempo que Braudel traz ao campo de pesquisa do que ele mesmo situa nas ciências sociais com a realidade do pensamento e da pesquisa em Comunicação. As articulações, aproximações e ponderações advindas das suas perspectivas de tempo em relação à prática e ao pensamento comunicacional serão discutidas logo a seguir.

2.1 Braudel, o historiador

Seria justo afirmar que Fernand Braudel (1902-1985) ocupou destacáveis e importantes posições no cenário intelectual e cultural Francês, seu país de origem, em razão dos cargos que ocupou e, mormente, do desenvolvimento de sua obra, referência até hoje nos estudos históricos. Chega, inclusive, a ser considerado o mais importante historiador francês depois de Lucien Febvre (BURKE, 1997).

No entanto, também é verdade que Braudel ocupa uma posição de destaque no pensamento social brasileiro, tendo sido um dos primeiros professores de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, entre os anos de 1935 e 1937, quando lecionou a disciplina de “História da Civilização”. A passagem de Fernand Braudel pelo Brasil, mais precisamente pela Universidade de São Paulo, marcou uma geração de historiadores iniciantes, dentre eles Caio Prado Junior, além de ter impulsionado uma série de pesquisas, cursos e a organização da Sociedade de Estudos Históricos, em 1942, e a criação da Revista de História, em 1950, uma das mais antigas do país (MARTINEZ, 2002). Apesar de sua passagem pelo Brasil ter interrompido a pesquisa que renderia sua principal obra, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II*, o período foi definido por ele, de acordo com Peter Burke, como “o mais feliz de sua vida” (BURKE, 1997, p. 46)

Além da França e do Brasil, Braudel também teve uma longa passagem pela Argélia, país em que lecionou História para alunos secundaristas por aproximadamente dez anos, entre 1923 e 1932. Foi, aliás, durante a sua estadia no país que o historiador desenvolveu grande parte da sua tese, que resultou no supracitado livro, importante marco da historiografia do século XX.

A pesquisa para o desenvolvimento da tese durou longos anos e foi realizada em diferentes arquivos das principais cidades cristãs do Mediterrâneo, tendo iniciado em Simancas, na Espanha, mas passado também por Gênova, Florença, Palermo e Veneza, por exemplo. Todavia, devido às atividades que desempenhou ao longo da elaboração da tese e do convite para lecionar no Brasil, a escrita da tese se deu ao longo da Segunda Guerra Mundial, quando Braudel foi feito prisioneiro pelos alemães, na cidade de Lübeck (BURKE, 1997).

A tese de Braudel foi pensada, primeiramente, em realizar um estudo sobre Felipe II e o Mediterrâneo. De certa forma, trataria-se, assim, de uma análise da política externa deste importante soberano ibérico (BURKE, 1997). Não diferiria tanto, dessa forma, das perspectivas presentes e reivindicadas pelos historiadores dos *Annales*, como veremos a seguir, ainda neste capítulo. No entanto, ao longo da sua realização, e talvez também em razão da sua longa realização, a tese ampliou significativamente o seu objetivo e o seu objeto. Ampliou tanto que, em sua edição original, “continha aproximadamente 600000 palavras, o que perfaz seis vezes o tamanho de um livro comum” (BURKE, 1997, p. 46). Ainda a ser abordada mais adiante neste estudo, cabe mencionar, por ora, que a dimensão da obra também se justifica em razão da sua estrutura, montada em três partes, realizando uma “decomposição da história em planos escalonados” ou, talvez, na observância de que, no tempo da história, há “um tempo geográfico, um tempo social e um tempo individual”. (BRAUDEL, 1978, p. 15).

Não se deve deixar de considerar a importância que Lucien Febvre, a quem é atribuído o surgimento da Escola dos *Annales* – juntamente com Marc Bloch –, teve em toda a trajetória de Braudel. Febvre, que conheceu Braudel logo após o seu retorno à França após sua temporada no Brasil, foi, inclusive, quem sugeriu que título da tese do pupilo fosse chamada de *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II*, ao contrário do título previamente imaginado por Braudel, que invertia a ordem, *Felipe II e o mediterrâneo* (BURKE, 1997).

Foi, ainda, Febvre quem recebeu os manuscritos da obra, enviados por Braudel da prisão alemã, para que ele reunisse e os devolvesse ao autor quando a guerra finalizasse. Em relação a essa primeira versão da obra, Burke destaca que “somente um historiador que tenha examinado os manuscritos poderá falar sobre o vínculo existente entre eles e a tese defendida em 1947” (BURKE, 1997, p. 46).

Para além da colaboração arquivística que Febvre prestou a Braudel, os dois historiadores também foram importantes parceiros profissionais, tendo dividido a função de diretores do Centre Recherches Historiques, na École de Hautes Études, em Paris, o que tornou Braudel um dos mais respeitáveis e influentes acadêmicos do seu tempo (BURKE, 1997).

Após a morte de Febvre, em 1956, Fernand Braudel passou a ser o diretor efetivo dos *Annales*, publicação que dá nome a este revolucionário movimento historiográfico surgido na França e que influenciou a condução dos estudos históricos ao redor do mundo.

Atendendo às recomendações de Braudel, recuemos no tempo para melhor analisar este movimento e de que maneira ele se tornou tão relevante para os estudos em ciências sociais.

2.2 A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia

Annales foi uma revista fundada por dois historiadores franceses em 1929. O primeiro deles, já mencionado, foi Lucien Febvre que, juntamente com Marc Bloch, ambos professores da Universidade de Strasbourg, anexada à França após a Primeira Grande Guerra, elaboraram e foram os primeiros editores da revista que se tornaria nome da Escola de maior relevância no ambiente acadêmico historiográfico ao longo do século XX. Apesar de não terem previsto o desdobramento do movimento criado pelo surgimento da nova publicação, os autores já planejavam a revista para ser algo a mais do que apenas mais uma revista de história. Os autores pretendiam, com a nova publicação, “exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica”, sendo, assim, um “alto-falante da difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história” (BURKE, 1997, p. 33).

Apesar do caráter inovador da iniciativa de criação da revista, Febvre e Bloch não foram responsáveis por uma grande ruptura com os modelos que haviam

antes do surgimento da *Annales*, como também não foram exatamente os pioneiros das novas perspectivas acima apresentadas. Mesmo tendo prevalecido, ao longo da prática historiográfica, a narrativa de acontecimentos políticos e militares, vista, em geral, como a história dos grandes feitos dos grandes homens, é possível verificar uma preocupação com a narrativa de uma história não mais limitada à política ou às guerras, mas com as leis e o comércio, a moral e os costumes desde o século XVIII (BURKE, 1997).

No entanto, ao longo do século XIX, foi possível verificar um novo processo de marginalização, ou, como prefere Burke, uma “remarginalização” (BURKE, 1997, p. 18) da chamada história sócio-cultural. Quem encabeçou esse movimento foi Leopold von Ranke que, na sua ânsia por narrar os fatos tal como eles aconteceram, voltou os olhos dos historiadores para os acontecimentos, para as fontes oficiais e documentos de Estado. Os discípulos de Ranke, quando do surgimento dos primeiros estudos universitários em História, foram responsáveis, inclusive, pela exclusão de toda história não-política das universidades. Nesse cenário, ainda que tenha havido vozes dissonantes (Burke destaca as de Michelet e Burckhardt), havia pouco espaço para o desenvolvimento de um outro olhar em relação ao passado e à relação da História com as demais disciplinas, também insurgentes.

Em relação ao ambiente de surgimento da revista, o historiador José Costa D’Assunção Barros, apresenta a seguinte síntese:

Para se firmar como corrente historiográfica dominante na França, e estender posteriormente sua influência a outros países da Europa e também da América, os fundadores e consolidadores dos *Annales* precisaram estabelecer uma arguta e impiedosa crítica da historiografia de seu tempo – particularmente daquela historiografia que epitetaram de História Historizante ou de História Eventual – buscando combater mais especialmente a Escola Metódica Francesa e certos setores mais conservadores do Historicismo. Os *Annales*, em busca de sua conquista territorial da História, precisavam enfrentar as tendências historiográficas então dominantes, mas também se afirmar contra uma força nova que começava a trazer métodos e aportes teóricos inovadores para o campo do conhecimento humano: as nascentes Ciências Sociais. É contra o pano de fundo deste duplo desafio que o movimento inicia a sua aventura historiográfica. (BARROS, 2010, p. 5)

Ao longo dos anos 1930, apesar da dispersão causada pelos caminhos profissionais dos editores, a revista permaneceu atuante. Estando Febvre e Bloch lecionando em Paris neste período, Burke afirma ser possível associar esta ascensão acadêmica ao sucesso do movimento iniciado com a *Annales*. É no decorrer dos anos 1930 e 1940, então, que os *Annales* “converteram-se no centro de uma escola

histórica” (BURKE, 1997, p. 38) e que o programa dos Annales foi mais precisamente traçado, baseando-se na interdisciplinaridade; na história voltada para problemas, e não presa aos fatos e às narrativas dos acontecimentos; e o desenvolvimento de uma história globalizante, que aborde os mais diferentes aspectos da vida humana e da coletividade, destronando a antiga relevância política na abordagem histórica. A título de exemplo, é possível verificar a significativa importância que a interdisciplinaridade tinha para Febvre e Bloch que, no primeiro número da revista, em 15 de janeiro de 1929, os autores “lamentavam as barreiras existentes entre historiadores e cientistas sociais, enfatizando a necessidade de intercâmbio intelectual” (BURKE, 1997, p. 33).

A Escola dos Annales, pela grandiosidade do movimento e pela relevância na prática e no pensar historiográfico, se alongou (se alonga?) no tempo e costuma ser dividida em três gerações, apesar das controvérsias quanto à existência de fato de uma terceira geração ou se ela teria o caráter de um novo movimento, inspirado, porém não necessariamente vinculado aos Annales¹.

A primeira geração teria sido aquela que deu início à revista, tendo surgido, assim, no ano de 1929 e durado até aproximadamente 1945. Caracterizou-se por ser um período do movimento ainda relativamente pequeno, no qual os autores escreviam seus artigos demarcando as diferenças entre a “história ‘deles’ e a ‘nossa’” (BURKE, 1997, p. 35).

A segunda geração costuma ser datada entre 1945 e 1968. Ela diferencia-se da primeira geração basicamente por ter agora entre seus membros, incluindo o próprio Lucien Febvre², no rol dos profissionais mais renomados e ocupando posições de destaque na intelectualidade francesa e europeia em geral. É nesta segunda geração dos Annales que Fernand Braudel se enquadra e assume postura de liderança. Os Annales, aqui, consolidam-se mais como movimento, sistematizam métodos e delimitam conceitos, dentre eles as novas maneiras “de conceber o tempo, de

¹ Em relação à querela existente a respeito da terceira geração dos Annales, deve-se analisar a tese de François Dosse que, no livro *A história em migalhas* (1987), indica a existência de rupturas entre o grande arco que une as duas primeiras gerações dos Annales e a orientação tomada pela chamada Nova História. O artigo *A ESCOLA DOS ANNALES: considerações sobre a História do Movimento* (2010), do professor José Costa D’Assunção Barros, apresenta um importante levantamento a respeito do pensamento historiográfico a respeito da Escola dos Annales. Por não ser o objeto de estudo da presente dissertação, optou-se por não trazer aqui essa discussão, apesar de ter-se considerado importante ressaltar a ausência de consenso em torno da questão.

² Marc Bloch foi vítima dos nazistas na Segunda Guerra Mundial, tendo sido executado pelo regime de Hitler em 1944.

representá-lo, de utilizá-lo como aliado para produzir inovadoras leituras da História” (BARROS, 2013, p. 96).

A terceira, e mais polêmica geração, teria tido início em 1968, ano em que Braudel decide dividir a direção da revista com outros historiadores (BARROS, 2010). Talvez esta seja uma das justificativas para que esta terceira geração não seja marcada por uma figura de liderança tão destacável, uma vez que “ninguém neste período dominou o grupo como o fizeram Febvre e Braudel” (BURKE, 1997, p. 79) nas gerações anteriores. A pluralidade de ideias e de perspectivas foi ainda maior nessa geração, de modo a extrapolar os limites da interdisciplinaridade, como acredita François Dosse.

A abertura de perspectiva no estudo de História consolidado pela Escola dos Annales, de se distanciar da narrativa política e dos acontecimentos, permitiu com que novos modelos de relacionamentos dos historiadores com o tempo fossem criados. É nessa característica, inclusive, que José Costa D’Assunção Barros indica que se encontra o elemento revolucionário (algunha que Peter Burke atribui ao movimento) da Escola dos Annales (BARROS, 2013).

Nesse sentido, torna-se impossível desconsiderar as contribuições de Fernand Braudel na construção da maneira de se pensar e de conceber o tempo na História, motivo pelo qual passaremos, logo adiante, a levantar a maneira como ele indicava estudar os tempos, considerando a dialética da duração. Mas antes, vejamos este último ponto.

2.3 A dialética da duração

Conforme já acima mencionado, a interdisciplinaridade é uma das marcas mais fortes e mais destacáveis entre os historiadores dos Annales. E, nesse ponto, Braudel também é sempre considerado um forte expoente dessa característica da Escola. No entanto, ele não é o pioneiro. Tendo sido uma das principais bandeiras dos Annales, natural seria ela ter ocorrido ainda com os seus criadores. Marc Bloch, por exemplo, conduziu muitos dos seus estudos aproximando suas análises com a sociologia, muito influenciado por Émilie Durkheim. Lucien Febvre, de maneira muito semelhante a Braudel (talvez, inclusive, devido à aproximação acadêmica que os dois mantiveram por muitos anos), aproximou-se da Geografia. Burke destaca,

assim, que uma das características mais marcantes e poderosas das pesquisas de Febvre era a introdução geográfica, que traçava perfis dos contornos das regiões de estudo do pesquisador. Acrescenta, ainda que “a introdução geográfica que era quase obrigatória nas monografias provinciais da escola dos Annales na década de 1960, pode ter sido modelada no famoso *Mediterrâneo* de Braudel, mas não tem nele suas origens” (BURKE, 1997, p. 25).

Uma das razões pelas quais a aproximação com a Geografia é costumeiramente atribuída a Fernand Braudel reside, conforme antecipado por Burke, na sua monumental obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, considerada um dos marcos referenciais da Escola dos Annales. A obra divide-se em três grandes partes, cada uma delas, de acordo com o próprio Braudel, consistindo em uma tentativa de explicação (BRAUDEL, 1978). Barros argumenta que a obra, nos seus três volumes, apresenta-se como “um modelo articulado de ‘durações’, no qual se percebe que as várias instâncias sociais, processos e contextos apresentam ritmos variados de mudanças” (BARROS, 2010, p. 15).

Na primeira das três partes, Braudel procura examinar a longuíssima duração que caracteriza a relação do homem mediterrâneo (considerando aqui seus vários tipos de habitantes, tais como o montanhês, o homem do litoral, o cidadão, por exemplo) com o ambiente, ou seja, com o espaço que, ao mesmo tempo que limita, também possibilita suas ações e suas reações. Braudel destaca que se trata, aqui, de uma “história quase imóvel” ou, em outras palavras, de “uma história lenta no seu transcorrer e a transformar-se, feita com frequência de retornos insistentes, de ciclos incessantemente recomeçados” (BRAUDEL, 1978, p. 13-14).

A segunda parte da obra procura responder à pergunta de “como é que essas ondas do fundo levantam o conjunto da vida mediterrânea?” (BRAUDEL, 1978, p. 14). Para tanto, Braudel conduz sua análise à noção de uma história não mais imóvel, mas lentamente ritmada, social, dos grupos e dos agrupamentos. O autor se propõe a estudar as economias, os Estados, as sociedades, as civilizações, as trocas culturais e as relações envolvendo esses circuitos orquestradas pelo mundo mediterrâneo, não perdendo de vista, assim, o ambiente em que se dão as ações das sociedades.

Por último, a terceira parte do *Mediterrâneo* examina um tempo mais curto, da política, a da história chamada ocorrencial, de “oscilações breves, rápidas, nervosas” (BRAUDEL, 1978, p. 14). Ao falar dessa terceira parte, ainda no prefácio

da obra, Braudel adverte para o seu perigo e as razões para o cuidado especial em relação a ela:

[esta história curta] é a mais apaixonante, a mais rica em humanidade, a mais perigosa também. Desconfiemos dessa história ainda ardente, tal como os contemporâneos a sentiram, descreveram, viveram, no ritmo de sua vida, breve como a nossa. Ela tem a dimensão de suas cóleras, de seus sonhos e de suas ilusões. (BRAUDEL, 1978, p. 14)

É a partir da articulação entre essas perspectivas de duração apresentadas na célebre obra de Braudel que José Carlos Reis utiliza a “sugestiva e adequada designação de ‘dialética das durações’” (REIS *apud* BARROS, 2010, p. 15). De maneira bastante elucidativa, José Costa D’Assunção Barros sintetiza as duas metáforas frequentemente utilizadas por Braudel a respeito da articulação entre a longa e a curta duração, que deve caracterizar o *métier* do historiador:

Existem duas famosas metáforas de Braudel nas quais o historiador francês expressa de forma admirável o jogo das durações. Uma é a metáfora das ondas e das correntes profundas, sendo que os acontecimentos nada mais seriam do que espumas que se formam na crista das ondas, estas mesmas impulsionadas por correntes profundas. Outra é a metáfora dos vagalumes que brilham contra a escuridão noturna: os eventos que brilham, chamando atenção para si seriam os eventos; mas caberia aos historiadores, sobretudo, estudar a densa obscuridade que permanece para além deles. Esta obscuridade corresponderia às economias, à vida coletiva, às mentalidades, à vida coletiva, à organização social em classes, às civilizações; tudo, enfim, que permanece, se repete e se recicla, independentemente do fugaz, embora intenso, brilho dos vagalumes. (BARROS, 2010, p. 15)

Apesar de *O Mediterrâneo* ser a obra mais importante e na qual Braudel de fato desenvolve a sua dialética da duração, será analisado neste estudo, considerando-se seu principal objeto, o artigo escrito pelo mesmo autor no ano de 1958 para a Revista dos Annales, que integra a coletânea de artigos *Escritos sobre a História* (1978), em que Braudel discute a longa duração, o conceito de duração e os modos que integram estes ritmos históricos. O artigo em questão denomina-se *História e Ciências Sociais: a longa duração*.

O próprio contexto de surgimento do referido artigo é relevante de ser ressaltado, uma vez que demonstra as tentativas e os esforços de diálogo que Braudel e os Annales procuram construir com as demais ciências do homem, ou, como o próprio autor indica, de realizar um “chamado à discussão” (BRAUDEL, 1978, p. 78). Braudel busca, com *História e Ciências Sociais: a longa duração*, afirmar a Escola dos Annales, especialmente em razão das contribuições que a adoção da análise da longa duração, em oposição, primeiramente, à micro-sociologia política de Georges

Gurvitch, voltada para o tempo curto, e a análise acontecimental do mundo político do presente, podem gerar; e, em segundo lugar, opondo-se à Antropologia Estrutural de Claude Lévi-Strauss (BARROS, 2010), como é possível apreender do excerto abaixo:

Todo um fatal, tão fastidioso como o das ciências históricas, espreita o observador apressado, etnógrafo que encontra por três meses um povo polinésio, sociólogo industrial que entrega os clichês de sua última investigação, ou que pensa, com questionários hábeis e as combinações dos cartões perfurados, cercar perfeitamente um mecanismo social. O social é uma caça muito mais ardilosa. (BRAUDEL, 1978, p. 57)

Em outro ponto, ainda, Braudel volta a ressaltar o protagonismo da dialética da duração frente às estruturas elementares que, de acordo com Lévi-Strauss, compõem os agrupamentos sociais. Para Braudel, “mais significativos ainda que as estruturas profundas da vida, são seus pontos de ruptura, sua brusca ou lenta deterioração sob o efeito de pressões contraditórias” (BRAUDEL, 1978, p. 68).

No entanto, a peça chave para essa caça pelo social proposta por Braudel, ou seja, o elemento considerado por ele indispensável em qualquer análise da realidade social não pode fugir da consciência da existência de uma pluralidade no tempo social. De acordo com o autor, o debate tal como ele estava instituído, ou seja, mantendo-se a discussão na oposição entre o instante e o tempo lento não seria o caminho mais razoável nem o mais aconselhável. Para Braudel, “uma consciência clara dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem” (BRAUDEL, 1978, p. 43), uma vez que, para ele, “presente e passado iluminam-se com luz recíproca” (BRAUDEL, 1978, p. 57).

É a partir da apreensão dessa dialética da duração no contexto da análise da realidade social que um redimensionamento da posição do evento na hierarquia das durações torna-se possível. Ao discorrer sobre as três dimensões do tempo (tempo curto, tempo social e o tempo da longa duração), Braudel define o conceito de evento como algo explosivo que, “com sua fumaça excessiva, enche a consciência dos contemporâneos” (BRAUDEL, 1978, p. 45), mas que não dura para além da sua chama. O tempo curto, marcado pelas explosões de eventos – o tempo próprio dos cronistas e dos jornalistas, de acordo com Braudel – é uma medida da vida cotidiana que fornece, tanto os grandes acontecimentos como aqueles passados na vida cotidiana.

Nesse sentido, como bom discípulo de Bloch e, principalmente, de Febvre, Braudel se ergue contra as formas tradicionais de história do século XIX, “atenta ao

tempo breve, ao indivíduo, ao evento” que habituou a História à construção de uma “narrativa precipitada, dramática e de fôlego curto” (BRAUDEL, 1978, p. 44) sem, contudo, desconsiderar todo e qualquer valor existente no evento. Como forma de sintetizar essa ruptura com a história dita tradicional, Braudel ressalta:

A recente ruptura com as formas tradicionais da história do século XIX não foi uma ruptura total com o tempo curto. Sabe-se que ela redundou em benefício da história econômica e social, em detrimento da história política. Daí uma reviravolta e uma inegável renovação; daí, inevitavelmente, modificações de método, deslocamentos de centros de interesses. (BRAUDEL, 1978, p. 47)

Em relação a essas mudanças de método e de deslocamentos de centro de interesse, Braudel destaca a ruptura com a noção de tempo histórico tradicional. Ao passo que, na historiografia do século XIX, as medidas de tempo fracionadas em dias ou anos pareciam adequadas para o historiador, quando se trata de uma curva de preços, de uma progressão demográfica, ou ainda do movimento dos salários e das variações de taxas de juros, por exemplo, para que se tenha uma análise precisa desses dados, algo que se espera do historiador, são necessárias medidas mais amplas de tempo.

Surge, assim, de acordo com Braudel, uma nova forma da narrativa histórica, “o ‘recitativo’ da conjuntura, do ciclo e até mesmo do ‘interciclo’, que propõe à nossa escolha uma dezena de anos, um quarto de século e, no limite extremo, o meio século” (BRAUDEL, 1978, p. 47). A prática desse novo “recitativo” do tempo, como afirma o autor, bem como a criação de modelos a ele facilmente aplicáveis (muito utilizado na economia e na história quantitativa), deveriam, na expectativa de Braudel, conduzir a narrativa e a busca do conhecimento e do fazer histórico à longa duração. No entanto, essa expectativa não foi cumprida e “um retorno ao tempo curto se realiza” (BRAUDEL, 1978, p. 48).

Para Braudel, o corolário da ruptura com a noção de tempo presente na história do século XIX e o descolamento de centros de interesse dos historiadores deveriam culminar na compreensão da longa duração, na qual o tempo se apresenta estrutural. Neste ponto, cabe ressaltar que o autor distingue o conceito de estrutura para o que denomina outros “observadores sociais”, para quem a estrutura seria “uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais” (BRAUDEL, 1978, p. 49). Para os historiadores, contudo, “uma estrutura é sem

dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente³” (BRAUDEL, 1978, p. 49).

É, portanto, de acordo com Braudel, no interior das estruturas, ou nessa arquitetura, que se localizam a média e a curta duração e é somente no âmbito da longa duração que as duas são possíveis de serem compreendidas adequadamente para o historiador. A arquitetura de durações propostas por Braudel permite, assim, “estabelecer uma conciliação entre o tempo agitado da história política tradicional e o tempo imóvel das ciências sociais emergentes” (BARROS, 2013, p. 101). Ainda na sua definição de estrutura, que leva à construção do seu conceito de longa duração, Braudel desenvolve:

Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento. Outras estão mais prontas a se esfarelar. Mas todas são ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos. Obstáculos, assinalam-se, como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se. Pensai na dificuldade em quebrar certos quadros geográficos, certas realidade biológicas, certos limites de produtividade, até mesmo, estas ou aquelas coerções espirituais: os quadros mentais também são prisões de longa duração. (BRAUDEL, 1978, p. 49-50)

É destacável, na passagem acima, a perspectiva apresentada por Braudel de que há estruturas que se “esfarelam” e se desmoronam, o que, muitas vezes, faz surgir novas estruturas, como também o reforço de que há outras estruturas que se tornam elementos estáveis e perduram por uma “infinidade de gerações”.

É, assim, nas passagens de uma estrutura à outra que reside a importância e a necessidade de se estudar o evento, os acontecimentos e os ciclos e interciclos. Nesse sentido, retomamos o argumento de Braudel exposto acima de que a ruptura entre a narrativa da história tradicional, centrada no evento, e aquela proposta pelos *Annales* não é total e não despreza de todo o acontecimento. Para uma melhor compreensão da realidade social, portanto, Braudel acredita que a ampulheta do tempo deve ser inclinada nos dois sentidos: “do evento para a estrutura, depois das estruturas e dos modelos para o evento” (BRAUDEL, 1978, p. 75).

³ Destaca-se aqui que a tradução da obra utilizada como base para o presente estudo indica que o tempo utiliza mal a realidade da longa duração. No entanto, ao longo da pesquisa, foi possível se deparar com uma outra tradução, citada no livro de José D’Assunção Barros *O tempo dos historiadores*, que apresenta uma melhor tradução da passagem em questão e que, em visto do estudado da obra de Fernand Braudel, assemelha-se mais a sua perspectiva, qual seja: “uma estrutura é sem dúvida, um agregado, uma arquitetura; porém mais ainda, uma realidade que o tempo pouco deteriora e que veicula por um longo período”. (BRAUDEL, 2011, p. 95 *apud* BARROS, 2013, p. 102).

Os elementos estáveis das estruturas, que permitem com que elas perdurem por uma “infinidade de gerações” também indicam que, ao extremo da longa duração, podem existir as estruturas de longuíssima duração, reforçando as ideias de história imóvel também defendidas por Braudel (BARROS, 2013). Na perspectiva da célebre obra de Braudel, *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, a longuíssima duração é expressa pelo padrão de relacionamento do Mediterrâneo com o mundo e do seu papel na realidade social dos habitantes daquela região. Como José D’Assunção Barros destaca:

Eis portanto a longuíssima duração do objeto histórico construído por Braudel: um padrão de centralidade mediterrânica na história econômico-social e um completo universo de modos de relacionamento do homem mediterrânico com o seu espaço. (BARROS, 2010, p. 16)

A partir do esquema arquitetural de durações proposto e defendido por Braudel, é possível verificar que o autor ambicionou construir uma História Total. (BARROS, 2010). O conceito de História Total admite, comumente, três noções distintas e que apresentam diferentes autores que a defendem e, também, criticam.

- 1) A primeira delas seria a noção de uma “História do Todo”, ou seja, uma história que englobe o todo das durações, dos espaços, tempos e populações.
- 2) A segunda noção seria, por sua vez, uma “História de Tudo”, que traz a compreensão de que os mais variados objetos de pesquisa são históricos, ou seja, trata-se de um alargamento do campo de conhecimento histórico, legitimando a História a estudar todos os assuntos. Essa segunda noção de “História total” tinha um interesse muito destacado: o de rejeitar a história política como o campo privilegiado da história, conforme a tradicional perspectiva histórica propunha no século XIX e contra a qual os fundadores dos Annales haviam se rebelado.
- 3) Por último, é possível reconhecer uma terceira noção, qual seja a de que entende que tudo pode se entender historicamente. Neste caso, o escopo da História Total não seria “dizer tudo sobre tudo, mas tudo pensar historicamente” (BARROS, 2010, p. 19).

José D’Assunção Barros enquadra Braudel na compreensão da primeira noção de História Total. Para Barros, Braudel concebe a “História do Todo” como a

articulação entre as suas três durações – a longa, a média e a curta –, fazendo com que a sua História Total coincida “com a História destas três estruturas articuladas, e isto fica claro na maneira conforme a qual ele divide a obra em três grandes partes” (BARROS, 2010, p. 18). Na sua busca pelo diálogo e discussão com as demais ciências do homem, Braudel afirma que, quer se trate do passado ou da atualidade, “uma consciência clara dessa pluralidade do tempo social” (BRAUDEL, 1978, p. 43) deve ser considerada uma chave básica de uma metodologia comum das ciências sociais.

A despeito do questionamento se tal metodologia é possível ou viável, dado o atual contexto de ciências sociais, passa-se, a seguir, a discutir, no âmbito da Comunicação enquanto campo de conhecimento, os pensamentos de Harold Innis, suas teses a respeito da questão espaço-temporal e os meios de comunicação, à luz das contribuições da Escola dos Annales e da dialética da duração, proposta por Braudel.

2.4 Diálogos com a Comunicação

Abordar a questão de tempo, temporalidade e relação dos indivíduos com os meios no campo comunicacional é se deparar, necessariamente, com a relevância do pensamento de Harold A. Innis. Ainda que de um outro continente, considerando que Innis era canadense e desenvolveu seus estudos na América do Norte, William Buxton (2004) apresenta, em seu artigo *Harold Innis’ “French Inflection”: Origins, Themes and Implications of his 1951 Address at le Collège de France*, publicado no *Canadian Journal of Communication*, a pouco estudada, mas significativa influência francesa na obra de Innis (BUXTON, 2004).

Neste artigo, Buxton expõe a longa influência dos estudos franceses na obra e no pensamento de Innis a partir de uma conferência realizada por ele no Collège de France em 1951, sob o título de *Monopolies and Civilization*. Seu objeto principal foi especificamente a organização política das civilizações, caracterizada por monopólios de conhecimento. A conferência, assim, serviu de gatilho para as análises de Buxton que aproximam, inclusive, as influências da Escola dos Annales na obra de Innis. A conferência de Innis, aliás, foi presidida por ninguém menos que Lucien Febvre, já aposentado de seu cargo na instituição, tendo sido, substituído por Fernand Braudel (BUXTON, 2004).

Em relação à conferência de Innis e sua tese de alinhamento com o pensamento social francês, Buxton afirma:

Mas a fala de Innis também representou um encontro atrasado com uma tradição com a qual ele tinha uma duradoura afinidade, nomeadamente aquela representada por Febvre e a corrente historiográfica da Escola dos Annales. Tanto o pensamento de Innis como o de Febvre haviam sido bastante influenciados pela geografia social francesa tal como ela havia se desenvolvido nos primeiros anos do século XX (Tradução nossa)⁴.

Em vista dessa – ainda pouco estudada – aproximação entre Innis e a herança cultural e historiográfica da Escola dos Annales, e dada a relevância do pensamento de Innis para a estruturação da Comunicação enquanto campo do saber, especialmente para a questão espaço-temporal, conforme acima mencionado, entende-se por bem continuar a presente análise com as teses do autor canadense, verificando suas conexões com Braudel e, num nível mais amplo, com toda a tradição dos Annales.

Juntamente com Marshall McLuhan, Innis ficou conhecido como um dos principais nomes do pensamento comunicacional canadense. A trajetória acadêmica de Innis foi marcada pela interdisciplinaridade, tendo deixado um legado intelectual que abrange as áreas da Economia, da História e da Comunicação, por exemplo. É possível, assim, já realizar uma relação de semelhança entre o apanhado de sua obra e as diretrizes interdisciplinares do movimento historiográfico inaugurado por Lucien Febvre e Marc Bloch.

Luiz C. Martino destaca que uma tarefa que o pesquisador de Comunicação deve fazer ao entrar em contato com a obra de Innis é “tentar apreender a contribuição comunicacional” (MARTINO, 2008, p. 128) de Innis para além do quadro multidimensional que caracterizou sua obra, sem, no entanto, “negar a diversidade de interesses e assuntos trabalhados por Innis” (MARTINO, 2008, p. 127). A relevância da contribuição de Innis para o campo comunicacional fica demonstrada, também, por haver uma série de autores que se propõem a analisar qual seria a centralidade e a base do pensamento innisiano.

De acordo com Martino, uma das teses que podem ser levantadas para tentar definir o núcleo duro do pensamento de Innis e, assim, verificar qual a sua efetiva contribuição para seu programa comunicacional, foi formulada por William Melody,

⁴ But Innis’ talk also represented a belated encounter with a tradition for which he had long-standing affinities, namely that represented by Febvre and the Annales School of historical studies. Both Innis’ thought and that of Febvre had been very much influenced by French social geography, as it had developed in the early years of the twentieth century. (BUXTON, 2004, p. 172).

que defendia que a própria abordagem interdisciplinar de Innis, perspectiva contrastante com a maioria da pesquisa em ciência social, caracterizaria esse núcleo duro. Outra tese, levantada por Robert Babe, diz que o que se destacava como cerne do programa innisiano seria a abordagem crítica. No entanto, Martino considera ambas as abordagens demasiadamente genéricas e incapazes de apontar os “traços característicos que nos ajudariam a apreender o que há de particular na contribuição de Innis para o pensamento comunicacional” (MARTINO, 2008, p. 129).

Para James Carey, Innis argumentava que as mudanças na tecnologia de comunicação afetavam a cultura alterando as estruturas de interesses (as coisas sobre o que pensávamos), mudando as características dos símbolos (as coisas com as quais pensávamos) e transformando a natureza da comunidade (a arena em que o pensamento era desenvolvido) (CAREY, 2009). Para ele, portanto, a contribuição central do pensamento de Innis estava relacionada com uma ação direta dos meios sobre a sociedade, marca de um determinismo tecnológico.

Embora essa seja uma clara possibilidade de interpretar a contribuição innisiana ao saber comunicacional, Martino defende uma versão mais sofisticada, não tão exposta à óbvia crítica do determinismo tecnológico. Do ponto de vista epistemológico, ele procura caracterizar a obra comunicacional innisiana pela “proposição da centralidade dos meios como a tese central ou o núcleo duro do programa comunicacional de Innis, de modo que os meios de comunicação passam a construir uma chave de interpretação para a organização social” (MARTINO, 2008, p. 135).

As contribuições de Innis para a Comunicação passam por uma reflexão do espaço e do tempo, conceitos muito caros à disciplina e, em especial o último, de fundamental importância para o presente estudo. O conceito de tempo compõe uma problemática na qual se busca estabelecer relações entre a materialidade dos meios e as configurações de poder dos impérios e das estruturas simbólicas e culturais das sociedades. Em outras palavras, Innis se propôs a analisar o surgimento e o declínio de impérios dando centralidade à função dos meios de comunicação na administração do poder nestas sociedades.

É preciso, então, examinar os conceitos de meios ou de tecnologias de comunicação, apontados por Martino como centrais para o pensamento innisiano, pois

será a partir dessas concepções, que estabeleceremos o diálogo entre as noções de tempo histórico de Braudel, a dialética das durações, e o pensamento de Innis.

Não há que se negar que a tecnologia está profundamente ligada às reflexões a respeito das dimensões espaço-temporais. O avanço tecnológico provoca alterações nas sensações que os indivíduos têm do espaço e do tempo. As tecnologias estão na base do saber comunicacional que, para Muniz Sodré, configura-se “como forma de vida social ou um ecossistema tecnológico com valores humanos pautados pela realização eletrônica” (SODRÉ, 2014, p. 34). Nesse sentido, Innis argumenta que a noção de meio deve estar associada à de um suporte material, que Martino complementa como o acoplamento entre um objeto material e a consciência. O ponto central de seu pensamento, portanto, encontra-se no fato de que os meios de comunicação afetam a nossa compreensão da realidade, não exatamente pelas mensagens que veiculam, mas particularmente pela forma material do meio empregado, causando impactos na nossa relação com o tempo e o espaço.

Para Innis, assim, os meios de comunicação podem ser definidos como meios físicos (materiais) “cujas propriedades influenciam nossos canais sensoriais e nossa relação com o tempo e o espaço (consciência)” (Tradução nossa)⁵ (MARTINO, 2012, p. 602). Os vieses de tempo e espaço dependem de suas materialidades: meios pesados [tabletes de argila, por exemplo] favorecem a tendência ao tempo (continuidade) e meios leves a tendência ao espaço [circulação da informação num dado território, no lapso relativamente breve] (MARTINO, 2012, p. 600). Innis estabelece ainda uma reflexão sobre as configurações de poder das sociedades e suas estruturas culturais a partir dos meios. O estudo que Innis faz a respeito do surgimento do códex em oposição ao pergaminho em rolo é um exemplo disso. Nesse caso em particular, o autor ressalta que o surgimento do novo meio promoveu uma mudança entre a leitura em voz alta e realizada em grande grupo, característica da cultura oral, daquela realizada em silêncio, de maneira individual. Para ele, “a leitura sem movimento dos lábios introduziu um gosto e um estilo próprio. O mundo antigo se inquietava com os sons, o mundo moderno com os pensamentos” (INNIS, 2011, p. 82).

Innis toma alguns elementos como fundamentais para a análise das tecnologias comunicacionais. Ele apresenta como um dos focos de sua análise, por

⁵ «Dont les propriétés physiques ont une influence sur nos canaux sensoriels et sur notre rapport au temps et à l'espace (conscience)»

exemplo, as características e os atributos dos meios dominantes em uma determinada sociedade e como isso reflete na organização social, nas práticas comunicacionais e nas instituições daquela sociedade.

No entanto, uma outra categoria de análise de Innis é, justamente, a condição cultural e geográfica pré-existente nas quais um meio se desenvolve ou se estabelece (BARBOSA, 2014). Nesse sentido, novamente, é possível verificar uma aproximação entre a análise que Innis realiza com aquela à qual se dedicam os historiadores dos *Annales*. Em relação à questão do método, Rodrigo Miranda Barbosa apresenta, em seu estudo, que Innis desenvolveu suas teses a partir do que tinha em mãos, ou seja, fazendo uso da historicidade enquanto método. Barbosa indica, inclusive, que McLuhan destacou esta característica do método de Innis no prefácio que escreveu para o lançamento de *The Bias of Communication*: “Ele havia descoberto uma maneira de usar as situações históricas como um laboratório para testar o caráter da tecnologia em moldar as culturas.” (Tradução de Barbosa)⁶ (MCLUHAN, 1965/2005 *apud*, BARBOSA, 2014, p. 257). A respeito desse método peculiar de Innis, James Carey também afirma que “Innis forneceu aos estudos de comunicação, em um momento em que praticamente ninguém mais nos Estados Unidos fazia, um modelo acadêmico de investigação que era histórico, empírico, interpretativo e crítico” (Tradução do autor)⁷ (CAREY, 2009, p. 115).

Nesse método destacado por Carey como inovador, Innis, que por muitos anos estudou o desenvolvimento e as peculiaridades do comércio entre as antigas colônias da América do Norte, podem ser vistas algumas pistas do que formariam as bases do conhecimento comunicacional proposto por Innis. De acordo com Carey, os primeiros estudos de Innis, que versavam sobre o mercado de peles no Canadá, mostravam os questionamentos que, posteriormente, iriam moldar o seu pensamento em relação à comunicação e a sua análise das relações entre espaço e tempo.

A primeira delas dizia respeito aos fatores que facilitaram a migração do poder europeu, bem como das pessoas e da cultura do velho continente para o novo mundo. A segunda se relacionada com a teoria básica desenvolvida por Innis em sua primeira obra, *The Fur Trade in Canada*, mas desenvolvida posteriormente, qual seja,

⁶ “He had discovered a means of using historical situations as a lab in which to test the character of technology in the shaping of cultures.”

⁷ “Innis provided in communication studies, at a moment when virtually no one else in the United States was doing so, a model of scholarly investigation that was historical, empirical, interpretive, and critical”

a de que a comunicação, quando considerada enquanto meio, pode ser considerada como um parâmetro (basic staple) do crescimento de um império. (CAREY, 2009)

Ainda conforme Carey, um dos aspectos que motivaram o estudo e o interesse de Innis pelas questões de tempo e espaço dizia respeito à particular relação de comércio entre os Estados Unidos e o Canadá. O fornecimento de matéria prima para a impressão nos Estados Unidos era suprida pelo seu vizinho do norte, que era, também, posteriormente, o consumidor do produto final, ou seja, dos jornais, dos livros e, acima de tudo, das propagandas dos Estados Unidos. Era nesse ponto que, para Carey, residia o dilema do Canadá, que se encontrava encurralado entre a demanda americana por papel e o fato de ser receptor de seus produtos de informação, ameaçando a “existência independente” do Canadá na América do Norte (CAREY, 2009).

É a partir desse ponto que Innis desenvolve seu estudo das relações entre rotas de comércio e rotas de cultura. Ele caracterizou, inicialmente, a história moderna do ocidente como a história de um viés da comunicação e um monopólio de conhecimento baseado na indústria gráfica.

Em uma de suas mais citadas afirmações, Innis caracterizou a história moderna do Ocidente como tendo sido iniciada pela organização temporal e finalizada pela organização espacial. É a história de uma evaporação da tradição oral e manuscrita e a preocupação da comunidade, da moral e da metafísica e a sua substituição pela indústria gráfica e pela tecnologia sustentando um viés espacial.”⁸ (Tradução nossa).⁸ (CAREY, 2009, p. 122)

Retomando a questão da tese central dos estudos de Innis, em particular na obra *O Viés da Comunicação* destaca que o papel dos meios na manutenção ou não do poder do império está relacionado com os monopólios de conhecimento existentes e com a difusão deste conhecimento no tempo e no espaço. De acordo com Innis, os meios de comunicação são uma fonte de influência direta, constante e coletiva do passado sobre o presente. Na avaliação de Martino, Innis acredita ser possível verificar um prolongamento do tempo a partir da construção de um sistema artificial de memória que os meios estabelecem (MARTINO, 2012).

Para Innis, os meios podem dimensionar o conhecimento no tempo ou no espaço, dependendo da sua materialidade. Ele será orientado para o tempo se for um

⁸ “In one of his most quoted statements Innis characterized modern Western history as beginning with temporal organization and ending with spatial organization. It is the history of the evaporation of an oral and manuscript tradition and the concerns of community, morals, and metaphysics and their replacement by print and electronics supporting a bias toward space.

meio pesado, durável e não apropriado para o transporte. Em contraste, temos os meios leves e altamente transportáveis, que dimensionam a esfera espaço. “A relativa ênfase no tempo ou no espaço irá implicar um viés (bias) de significação para a cultura na qual está inserido” (INNIS, 2011, p. 103).

De acordo com suas características, um meio pode ser mais apropriado para a disseminação do conhecimento através do tempo em detrimento do espaço, particularmente se o meio for pesado, durável e não apropriado para o transporte ou, ao inverso, pode ser mais apropriado para a disseminação do conhecimento através do espaço em detrimento do tempo, se o meio for leve e facilmente transportável. (INNIS, 2011, p. 103)

Assim, um meio como pedra ou a argila, caracterizados por Innis como meios duráveis, favorecem a descentralização. Tratam-se de meios enviesados para o tempo, por serem mais eficientes na transmissão de conhecimento através do tempo. Em contrapartida, há os meios como o papel ou o papiro, muito leves e em geral facilmente transportáveis, capazes de garantir a transmissão dos conhecimentos através do espaço, sendo, conseqüentemente, enviesados para o espaço.

Em relação às significações do termo “bias”, Martino argumenta haver duas maneiras de entendê-lo. Primeiramente, bias pode ser entendido como uma maneira de abordar um assunto, ou seja, Innis utiliza desta abordagem para analisar a sociedade. Nesse sentido,

o conceito de bias como perspectiva traz a discussão de um viés disciplinar (na maior parte do tempo implícita, já que Innis não é um epistemólogo), de uma perspectiva particular e autônoma, que coloca os meios de comunicação como elemento explicativo. (MARTINO, 2011, p. 17)

Em segundo lugar, ainda de acordo com Martino, *bias* pode ser entendido como tendência “dos meios de comunicação decorrentes de suas características e propriedades materiais” (MARTINO, 2011, p. 18).

Nesse sentido, é possível entender o termo como uma forma de abordar a questão social ou a partir da análise da tendência existente em cada meio devido a sua característica material. Foi com base nesses entendimentos que Innis desenvolveu a análise das civilizações, impérios e monopólios de conhecimento existentes nas sociedades. Com isso, a partir das perspectivas de Braudel e dos Annales, é possível considerar que os vieses (*bias*) destacados por Innis em sua inovadora metodologia são uma maneira de trazer à tona do pensamento comunicacional do autor canadense a dialética da duração. Talvez a aproximação entre os autores não se dê, necessariamente, tomando-se como perspectivas o tempo curto e a longa duração, mas

ressaltando a noção de que pluralidade de tempo social que Braudel sustenta ser “indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem” (BRAUDEL, 1978, p. 43).

Além disso, Braudel também ressalta a importância dos momentos de ruptura, aos quais o pensador social deve sempre se ater:

Reintroduzamos, com efeito, a duração. Disse que os modelos eram de duração variável: valem o tempo que vale a realidade que eles registram. E esse tempo, para o observador do social, é primordial, porque, mais significativos ainda que as estruturas profundas da vida, são seus pontos de ruptura, sua brusca ou lenta deterioração sob o efeito de pressões contraditórias. (BRAUDEL, 1978, p. 68)

Innis, no desenvolvimento dos seus estudos, dedicou-se bastante a analisar esses momentos de ruptura, alinhando-se, assim, à perspectiva braudeliana de longa-duração. É possível apreender esse alinhamento da análise desenvolvida pelo autor canadense a respeito da divisão que ele destaca entre a tradição oral e a tradição escrita. A base do pensamento de Innis, por si só, já é um indicativo de alinhamento à dialética da duração, considerando-se que ele destaca a influência dos meios de comunicação “na disseminação do conhecimento através do espaço e do tempo”, tornando-se “necessário estudar suas características a fim de avaliar sua influência sobre o quadro cultural” (INNIS, 2011, p. 103).

Em se tratando da ruptura entre tradições orais e escritas, Innis destaca:

O signo escrito substituiu a imagem gravada. Na prática escrita, a concentração voltada para o abstrato abriu caminho para o avanço das relações de sangue em direção a padrões éticos universais; também abriu caminho para a influência dos profetas em oposição ao poder absoluto dos reis, assim como para a ênfase no monoteísmo. As leis foram coligadas e registradas em códigos. A literatura, tal como apresentada no Velho Testamento, criou raízes e floresceu. (INNIS, 2011, p. 110)

Vários intérpretes de autor canadense também ressaltaram esse destaque da ruptura entre a tradição oral e a escrita. Para Rodrigo Miranda Barbosa, por exemplo, a divisão entre as duas tradições demonstraria a transição entre os meios voltados para o tempo e para o espaço:

A oralidade para Innis seria uma forma de comunicação com ênfase para o tempo. Isso acontece, pois a fala não consegue alcançar longas distâncias e a memória não é capaz de guardar grandes quantidades de conhecimento. Para manter a memória social a comunidade teve que adaptar e desenvolver diversas técnicas como músicas, rituais e ritmos, pois somente o essencial poderia ser guardado, limitando o arcabouço de conhecimento possível. A oralidade só pode ser preservada a partir da internalização e da repetição da mensagem, pois a mensagem deve a todo o momento fazer parte da comunidade como conhecimento vivo e capaz de ligar o presente

com o passado. Isso faz com que as mudanças institucionais sejam lentas e que a comunidade oral geralmente seja considerada como conservadora e com uma estrutura religiosa muito forte. (BARBOSA, 2014, p. 258)

Com a materialização da palavra, ou seja, com a tradução da oralidade para a escrita da palavra, o indivíduo passa a estar dissociado dessa cultura oral, libertando-o, também, dos limites espaciais que caracterizam a tradição oral. Nesse sentido, o crescimento da tradição escrita “faz com que aqueles que estão distantes no tempo e no espaço de um autor possam discutir os seus argumentos sem a interação direta com a pessoa” (BARBOSA, 2014, p. 258).

Com base nas suas reflexões referentes à ruptura existente entre as tradições oral e escrita, Innis reconhece que:

Talvez possamos admitir que o uso de um meio de comunicação durante um longo período determina, em certa medida, a natureza do conhecimento a ser comunicado e sugerir que sua penetrante influência criará, por fim, uma civilização na qual a vida e a flexibilidade se tornam extraordinariamente difíceis de manter e que as vantagens trazidas por um novo meio podem, por exemplo, levar ao surgimento de uma nova civilização. (INNIS, 2011, p. 104)

É a partir dessa constatação que podemos considerar a centralidade dos meios de comunicação na teoria innisiana, já que ele entendia que “o conhecimento que temos de outras civilizações depende, em grande medida, da característica dos meios empregados por cada civilização” (INNIS, 2011, p. 103). Nesse sentido, conforme afirma Barbosa, “quando um meio, ou um conjunto de meios, voltados para o tempo ou o espaço toma domínio como principal meio de comunicação daquela sociedade, acontece um desequilíbrio entre as dimensões espaço e tempo” (BARBOSA, 2014, p. 258). De acordo com a perspectiva de análise de Innis, assim, a característica de um determinado meio de comunicação sempre tenderá a criar um viés naquela civilização, favorável seja a uma ênfase maior no conceito de tempo ou, alternativamente, no conceito de espaço, sendo que somente “em raros intervalos esse viés é contrabalançado pela influência de outro meio, restabelecendo o equilíbrio” (INNIS, 2011, p. 138). Esse não seria o caso, ao menos não ainda, da sobreposição da tradição escrita frente à oral, uma vez que Innis destaca que “o desastroso efeito do monopólio de comunicação baseado no olho acelerou o desenvolvimento de um tipo concorrente de comunicação baseado no ouvido, no rádio e na ligação do som ao cinema e à televisão” (INNIS, 2011, p. 157).

James Carey também é um dos comentadores que abordam a questão da ruptura entre as tradições oral e escrita na perspectiva de Innis, trazendo à tona até mesmo uma tendência à análise política que Innis salienta e que está implicada nesta ruptura. Carey entende que certamente há um grau de romantismo na afeição de Innis pela tradição oral. No entanto, ao mesmo tempo, o autor avalia que há algo muito maior: uma preocupação com a possibilidade de participação política e de atuação na vida pública (CAREY, 2009). É muito comum, ainda de acordo com o autor, associarmos a participação política, hoje em dia, com a garantia de uma imprensa livre, da noção de transparência, de controle e vigilância e de um alto volume de informações impressas que fomentam o engajamento e dão oportunidades ao conhecimento. Todavia, apesar do acesso à informação escrita promover, de certa forma, o engajamento democrático, ela também cria demandas impossíveis. Carey afirma que ela produz “instabilidade e inconsistência, uma vez que há desigualdades no acesso à tradição escrita” (Tradução nossa).⁹ (CAREY, 2009, p. 126).

Além disso, é muito mais fácil que o indivíduo consiga escapar de uma cultura escrita do que de uma tradição oral. A tradição escrita permite com que os indivíduos virem presas de especialistas de conhecimento que estipulam o saber, ou seja, que executam a tarefa de informar, mas cujo conhecimento não necessariamente se conecta com as experiências e as tradições locais (CAREY, 2009). Nesse sentido, de acordo com Carey, “Innis acredita que um pressuposto não declarado da vida democrática era a existência de uma esfera pública, de uma tradição oral, de uma tradição de discursos públicos como um necessário contrapeso (balanço) àquilo impresso” (Tradução nossa)¹⁰ (CAREY, 2009, p. 127).

O grande diferencial da tradição oral, na perspectiva de Innis, seria, conforme Carey, o fato de ela não ser facilmente monopolizada. Uma vez que os hábitos do discurso fossem difundidos, o público poderia assumir uma existência autônoma e não se sujeitar a um controle, seja do Estado, seja da indústria. Ao contrário disso, quando outras formas de comunicação foram criadas – escrita, matemática, indústria gráfica, fotografia –, foi criada também uma divisão de trabalhos mais complexa, deixando-se de lado uma noção de vida comunitária existente na tradição oral, passando-se a se falar em “produtores e consumidores de

⁹ “instability and inconsistency because the written tradition is participated in so unevenly”

¹⁰ “Innis believes that the unstated presupposition of democratic life was the existence of a public sphere, of an oral tradition, of a tradition of public discourse as a necessary counterweight to printing”

conhecimento¹¹”(Tradução nossa) (CAREY, 2009, p. 128). As pessoas passam a serem consumidores de comunicação da mesma maneira que consomem qualquer outra mercadoria, sendo colocadas, assim, em uma relação de dependência em relação às fontes de fornecimento da informação cada vez mais centralizadas (CAREY, 2009).

Resumindo o apeço de Innis à tradição oral, Carey argumenta:

Finalmente, o apeço de Innis à tradição oral, à época, tinha um propósito moderno: demonstrar que a crença de que o crescimento da comunicação mecânica necessariamente expandia a liberdade e o conhecimento era tanto simplista como enganador. Para que isso acontecesse, seria necessário um crescimento paralelo e dialético da esfera pública, baseada em uma tradição oral, na qual o conhecimento pudesse ser “escrito na alma do aprendiz”. A liberdade de imprensa *poderia* sufocar a liberdade de expressão.¹² (Tradução nossa) (CAREY, 2009, p. 128)

O crescimento da liberdade de imprensa ajudou a consolidar o monopólio de conhecimento da tradição escrita, mas, ainda mais que isso, retirou o protagonismo do livro, passando ao jornal e aos periódicos, tendo o próprio Innis destacado esse fenômeno, indicando que “a contínua influência do livro como um produto de sustentação do esforço intelectual foi destruída pelos novos desenvolvimentos nos periódicos e jornais” (INNIS, 2011, p. 155).

Contudo, um outro efeito da substituição do livro pelo jornal como ocupante do trono da tradição oral encontra-se, justamente, na questão do tempo que este meio envolve. Carey argumenta que a liberdade de imprensa e o fortalecimento do jornal foi crucial para a instrumentalização do tempo diário, “comprimindo o tempo em um mundo diário” (Tradução nossa)¹³ (CAREY, 2009, p. 125). Naturalmente, isso não passou despercebido por Innis. Pelo contrário, tomou posição central em seu pensamento e nas teses desenvolvidas na obra *O Viés da Comunicação*, na qual ele chega a afirmar que “o avanço no sistema do industrialismo, refletivo na velocidade dos jornais impressos e do rádio, significou um declínio de importância do tempo biológico determinado pela agricultura” (INNIS, 2011, p. 149).

Em uma passagem no capítulo “Uma defesa do tempo”, do livro *O Viés da Comunicação*, é possível verificar uma dessas semelhanças entre as noções de evento

¹¹ “producers and consumers of knowledge”

¹² “Innis’s attachment to the oral tradition finally, then, had a modern purpose: to demonstrate that the belief that the growth of mechanical communication necessarily expanded freedom and knowledge was both simplistic and misleading. For that to happen there would have to be a parallel and dialectical growth of the public sphere, grounded in an oral tradition, where knowledge might be “written in the soul of the learner.” Freedom of the press *could* suppress freedom of expression.”

¹³ “telescoping time into a one-day world”

e de estrutura, de tempo curto e de longa duração, que Braudel levanta e que foram abordadas nas páginas acima:

A regularidade de trabalho trouxe administração, crescimento na produção, comércio e crescimento das cidades. A difusão da matemática da Índia para Bagdá e para as universidades mouras da Espanha implicou a substituição gradual dos algarismos romanos pelos arábicos e um enorme aumento na eficiência do cálculo. As medidas de tempo facilitaram o uso do crédito, a ascensão das trocas e a previsão do futuro, condição essencial ao desenvolvimento da segurança. A introdução do papel e a invenção da prensa mecânica aceleraram o declínio do latim e o florescimento das línguas vernaculares. A ciência atendeu às demandas da navegação, da indústria, do comércio e das finanças a partir do desenvolvimento da astronomia e do refinamento das medidas de tempo, deixando pouco lugar para o mito ou a religião. A imprensa escrita serviu de apoio à Reforma e destruiu o monopólio da Igreja sobre o tempo, embora a persistência de seu interesse seja evidente nos dias de comemoração. (INNIS, 2011, p. 147)

Dessa forma, é possível perceber que Innis não descarta e não menospreza a importância dos eventos, enumerando-os e demonstrando quais os seus impactos no surgimento de novos meios e nas transformações culturais, bem como seus impactos nas estruturas de poder das civilizações. No entanto, a preocupação, como sustenta Braudel, reside sempre na longa duração. Por esta razão, inclusive, Innis indica que sua principal preocupação a ser estudada no supracitado artigo dizia respeito à “mudança nas atitudes em relação ao tempo que precedeu a moderna obsessão pelo tempo presente (*present mindedness*), a qual sugere que o equilíbrio entre tempo e espaço tem sido seriamente perturbado com consequências desastrosas para a civilização ocidental” (INNIS, 2011, p. 152).

A obsessão com a tendência ao presente, ou, como diria Braudel, ao tempo curto, do evento, de acordo com Innis, “impede a especulação em termos de duração e tempo” (INNIS, 2011, p. 164), gerando um desequilíbrio das dimensões espaço-temporais. Assim, da mesma forma que para Braudel, para quem a história tradicional, em relação a qual os *Annales* se esforçavam a ir contra, atenta principalmente ao tempo breve, construiu uma narrativa “precipitada, dramática, de fôlego curto” (BRAUDEL, 1978, P. 44), Innis também entendeu que “os modernos desenvolvimentos na comunicação foram feitos para um maior realismo”, mas, em contrapartida, “também foram feitos para aumentar as possibilidades de ilusão” (INNIS, 2011, p. 158). Essas ilusões, inclusive, tiveram influências em diversos aspectos da vida das sociedades, já que “o desaparecimento dos monopólios do tempo facilitou a rápida expansão do controle estatal e o desenvolvimento de novas religiões, evidentes no fascismo, comunismo e em nosso estilo de vida” (INNIS, 2011, p. 165).

Ainda levando em consideração essa perspectiva braudeliana de observar o quadro estrutural da civilização, Luiz C. Martino, no prefácio à edição brasileira da obra *O Viés da Comunicação*, demonstra como a perspectiva de análise da sociedade a partir da longa-duração, e com a centralidade dos meios no processo de singularização das civilizações, faz a seguinte ponderação:

assim como o papel não representa apenas um ciclo econômico entre outros, os meios de comunicação não são apenas controlados (viés político), ou simples resultados das forças da economia (viés econômico) ou dos acontecimentos históricos (viés histórico). Sem precisar negar estes vetores ou instâncias, Innis identifica a forma que os meios imprimem ao jogo político e à cultura. (MARTINO, 2011, p. 13)

Por fim, entende-se que esse debate a respeito das mudanças de atitude em relação ao tempo diagnosticado por Innis, que se insere no processo de ruptura entre a dimensão da tradição oral e a tradição escrita é a peça chave de aproximação entre o autor canadense e Fernand Braudel, cuja tese de que o tempo curto é a mais enganadora das durações. Pode-se dizer que, pelo menos neste importante aspecto sobre o tempo, suas perspectivas se mostram alinhadas.

CAPÍTULO III - Experiência/Expectativa e Meio/Mensagem: a história dos conceitos de Koselleck e a centralidade dos meios de McLuhan

As contribuições que o historiador alemão Reinhart Koselleck trouxe à prática e, principalmente, à teoria da História são o foco de estudo do presente capítulo, que busca compreender o contexto do surgimento das suas ideias e do estabelecimento do que ficou conhecido como *História dos Conceitos*, corrente historiográfica da qual Koselleck é um dos fundadores. Em seguida, analisaremos como o autor alemão refletiu a respeito da questão temporal, especificamente a partir dos conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa. Por fim, tentará estabelecer as linhas de diálogo que podem ser construídas entre as relevantes contribuições desse historiador e o campo da Comunicação.

3.1 Koselleck

Reinhart Koselleck (1923-2006) é um nome de destaque entre os historiadores do século XX, tendo sido responsável por obras que marcaram o rumo da historiografia e por ser um dos fundadores da chamada História dos Conceitos (ou, em alemão, *Begriffsgeschichte*). No entanto, no Brasil, suas ideias custaram a chegar, foram traduzidas para a língua portuguesa apenas em meados dos anos 1990. O primeiro texto de Koselleck a ser publicado no Brasil, inclusive, data de 1992, e trata-se de uma palestra, intitulada “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”, publicada na revista *Estudos Históricos* (HRUBY, 2016).

A primeira obra de grande destaque de Koselleck foi, assim como ocorreu com Braudel, sua tese de doutorado, *Crítica e Crise: contribuição à patogênese do mundo burguês*, de 1954. O título foi defendido na Universidade de Heidelberg, instituição em que Koselleck chegou a lecionar, logo depois de passar pela Universidade de Bochum e antes de se tornar professor em diversas outras Universidades. Destaca-se, ainda, que essa mesma universidade também tem em sua lista de ex-alunos importantes nomes como Max Webber, Karl Jaspers e Hannah Arendt.

De acordo com o historiador Marcelo Jasmin, a tese de doutorado de Koselleck, apesar de defendida em 1954, foi publicada apenas no ano de 1959 e “alcançou grande sucesso editorial ao demonstrar como a formação da ‘crítica’

ilustrada e da ‘sociedade civil’ provocariam a ‘crise’ final do Antigo Regime e a derrocada do Absolutismo como forma legítima de poder político” (JASMIN, 2006, p. 9). Ainda segundo Jasmin, a obra, traduzida para diversas línguas, marca o início do estudo de semântica dos conceitos que conduziu os estudos de Koselleck.

A tese de doutorado de Koselleck só foi traduzida no Brasil quarenta anos após sua publicação original e quarenta e cinco após a sua defesa, em 1999. O atraso entre a publicação original do autor e sua tradução e publicação no Brasil também vale para outras obras de Koselleck. O livro *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, por exemplo, foi originalmente publicado em 1979, mas sua edição brasileira data de 2006. *Estratos do tempo: Estudos sobre História*, outra importante obra do historiador alemão, foi publicada em 2003 e lançada no Brasil onze anos mais tarde.

Apesar da relevância e do destaque da tese de doutorado de Koselleck, bem como de suas demais obras, estas não teriam sido a contribuição maior do autor à historiografia e à teoria da História. Na opinião de Marcelo Jasmin, este mérito estaria na elaboração de um dicionário de conceitos:

O seu mais importante empreendimento intelectual, a organização, em colaboração com Otto Brunner e Werner Conze, do monumental *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon der politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, um dicionário histórico dos conceitos políticos-sociais fundamentais da língua alemã, em nove volumes (sete com os verbetes e mais dois com índices), publicado entre 1972 e 1997, teve como principal objetivo conhecer “a dissolução do mundo antigo e o surgimento do moderno por meio de sua apreensão conceitual”. (JASMIN, 2006, p. 10)

A obra realizada a seis mãos teve como objetivo analisar, no decorrer de um século, entre 1750 e 1850, uma significativa e radical transformação da linguagem europeia. De acordo com o autor, foi justamente essa transformação que teria causado a ruína da sociedade aristocrática até então predominante no Velho Mundo. Koselleck percebeu que os significados de termos (ou conceitos) tradicionais (tais como *república* ou *revolução*) passavam por uma ressignificação, mostrando mudanças semânticas que apontam o surgimento de um novo período histórico. Ainda mais indicativos de um mundo em transformação são as novas expressões que surgem para designar as experiências vividas na modernidade, como os termos *socialismo* ou *comunismo*, por exemplo. Esta é, de acordo com Marcelo Jasmin, a base que sustenta o surgimento da história conceitual de Koselleck (JASMIN, 2006), ao que dedicaremos as próximas páginas.

3.2 História dos Conceitos

O estudo da semântica é uma das bases da história dos conceitos. Marcelo Jasmin argumenta que essa transformação da linguagem se dá por “se submeter a um conjunto de processos simultâneos, como os da democratização, temporalização e ideologização” (JASMIN, 2006, p. 10). Nesse sentido, a linguagem passa a ser um índice que expressa as modificações existentes na esfera social, sendo, ainda, uma “arma imprescindível nos combates que gestam essas mesmas mudanças” (JASMIN, 2006, p. 11).

Um exemplo de grande relevância nos estudos de Koselleck é, justamente, o conceito de história. Segundo o autor, até o século XVIII, a significação do termo história tinha um uso plural, era utilizado para designar narrativas particulares e não necessariamente conectadas umas às outras, reunindo as diferentes experiências que cada povo ou agrupamento acumulava. No entanto, a partir de meados daquele século, passa a se tornar cada vez mais frequente o uso do termo História¹⁴, usado no singular (ou expressando um singular coletivo), ao qual era dada a significação do conjunto das experiências e dos eventos que compõem a história da humanidade. Assim,

A essa “singularização” semântica da História, que expressa a inclusão de toda a humanidade em um único processo temporal, corresponde a sua transformação em objeto de teorias políticas e filosofias que imaginam poder apreender o passado, o presente e o futuro como uma totalidade dotada de sentido previamente definido. (JASMIN, 2006, p. 11)

O surgimento da história dos conceitos se dá em oposição a princípios do historicismo que acreditava na positividade dos conceitos, ou seja, entendia que as ideias tinham uma existência objetiva. Nesse sentido, pode-se, inclusive, verificar aqui uma semelhança na oposição existente entre a história dos conceitos de Koselleck e a Escola dos Annales de Fernand Braudel, que também surge para se opor à história positivista que era realizada por nomes como Ranke. Aliás, o mesmo Ranke era um dos que acreditavam na existência objetiva das ideias, já que, para ele, “as ideias eram uma realidade histórica, única e singular que se materializava no tempo e no espaço” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 117).

Já os fundadores da história dos conceitos, dentre eles Koselleck, ao contrário, acreditam na variação dos significados dos conceitos ao longo do tempo,

¹⁴ Deve-se ressaltar, que, na língua alemã, o termo história (plural) refere-se à palavra *Historie*, enquanto que o termo História (singular), refere-se à palavra *Geschichte*.

considerando esse fator, inclusive, “uma condição básica para o conhecimento histórico” (KIRSCHNER, 2007, p. 49-50). Nesse sentido, uma das maneiras de entender a diferenciação entre a visão positivista das ideias e a da História dos Conceitos é a concepção de que as ideias se convertem em conceitos, fazendo surgir, então, uma nova perspectiva a respeito das experiências sociais. Em relação às ressignificações dos conceitos, a historiadora Tereza Cristina Kirschner complementa:

Este reaparecimento da mesma linguagem, ou de determinados termos, em situações históricas temporalmente distintas advém não apenas da relativa estabilidade da sintaxe e da semântica, mas também do caráter limitado da linguagem quando comparada à multiplicidade e diversidade da experiência humana. Ou seja, o número de palavras disponíveis é limitado, enquanto os conteúdos que podem ser expressos por elas são potencialmente ilimitados. Nesse sentido, a linguagem não apenas armazena experiências como, também delimita essas mesmas experiências. (KIRSCHNER, 2007, p. 50).

Ainda de acordo com a mesma autora, a própria definição de história dos conceitos para Koselleck é o “procedimento que permite apreender o complexo processo de ressignificações de alguns conceitos ao longo do tempo” (KIRSCHNER, 2007, p. 50). Essa característica, assim, torna a “História dos Conceitos um instrumento teórico relevante que complementa as pesquisas históricas sobre as sociedades em geral” (KIRSCHNER, 2007, p. 51).

Nesse mesmo entendimento, o historiador Julio Bentivoglio confirma que, para Reinhart Koselleck, “os conceitos não devem jamais ser tomados como um sistema textual autônomo, mas sempre relacionados a uma dada realidade social, a serviço da compreensão histórica” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 118). Em razão dessa característica que Koselleck atribui à história dos conceitos, Bentivoglio argumenta que a “História conceitual e a Teoria da História caminham juntas” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 118), ambas fazendo parte da exegese dos atores históricos, como indica o próprio historiador alemão:

A história dos conceitos mede e estuda essa diferença ou convergência entre os conceitos antigos e as atuais categorias do conhecimento. Nesse sentido, a história dos conceitos, por mais específicos que possam ser seus próprios métodos, e apesar de sua riqueza empírica, é uma espécie de propedêutica para uma teoria científica da história – ela leva à teoria da história. (KOSELLECK, 2006, p. 306)

Voltando às origens da história dos conceitos, Bentivoglio indica que há, atualmente, duas correntes que se relacionam à História das Ideias: “a collingwoodiana, da Escola de Cambridge e a koselleckiana da Escola de Bielefeld” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 114). A segunda corrente, a que mais nos interessa aqui,

teria surgido no final dos anos 1960 e teve, como seus fundadores, Koselleck e os dois co-autores da monumental obra *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon der politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, já acima mencionada, que consistia em um dicionário com os verbetes políticos-sociais da Alemanha. Apesar de esta obra ter sido lançada somente a partir de 1972, a origem da história dos conceitos pode ser associada à década de 1960 em razão do lançamento do livro *Richtlinien für das Lexikon politisch-sozialer Begriffe der Neuzeit*¹⁵, que data de 1967. Nesta obra, Koselleck já apresenta alguns parâmetros da atuação dos historiadores do conceito, tais como:

- 1) Até que ponto é comum o uso do conceito?
 - 2) Seu sentido foi objeto de disputa?
 - 3) Qual o espectro social de seu uso?
 - 4) Em que contextos históricos aparece?
 - 5) Com que outros termos aparece relacionado, seja como complemento ou como oposição?
 - 6) Por quem é utilizado, com que propósitos e a quem se dirige?
 - 7) Por quanto tempo esteve em uso?
 - 8) Qual é o valor do conceito na estrutura da linguagem política e social da época?
 - 9) Com que outros termos se sobrepõe?
 - 10) Converte com o tempo com outros termos?
- (KOSELLECK, 1967, p. 81-9 *apud* BENTIVOGLIO, 2010, p. 119)

Ainda assim, por mais que a História dos Conceitos possa ser uma corrente da História das Ideias, Bentivoglio apresenta argumentos que talvez indiquem para algumas diferenças entre as duas. Na História das Ideias, não está em questão o significado das ideias, muito menos as alterações semânticas existentes nas próprias ideias. Para o autor, é somente quando uma ideia se transforma em conceito que um conjunto de experiências sociopolíticas surge. Dessa forma,

Na medida em que concentra experiências históricas e articula redes de sentido, o conceito assume um caráter essencialmente plural. Incorpora-se, portanto, em sua abordagem tanto elementos sincrônicos e diacrônicos que conferem maior plasticidade e realismo à história dos conceitos., (BENTIVOGLIO, 2010, p. 122)

Daí a importância e o destaque que a história dos conceitos dá ao contexto em que o termo é utilizado, tendo em vista que ele “não pode ser alcançado independentemente do seu uso na sociedade” (KIRSCHNER, 2007, p. 51). Nesse sentido, Koselleck salienta que “todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

¹⁵ O título da obra foi traduzida pelo historiador Julio Bentivoglio como “Orientações para o léxico de conceitos políticos-sociais da modernidade” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 119).

Ao discorrer acerca das maneiras de se apreender, ou ao menos de investigar, o contexto dos conceitos, Koselleck reconhece a importância do método de análise do discurso para esta prática de pesquisa. No entanto, a alternativa de se utilizar a história dos conceitos para essa investigação passa, em grande parte, pela análise da língua:

Tanto poderei proceder à análise dos conceitos a partir de um método que privilegiará textos comparáveis, quanto poderei proceder metodologicamente expandindo minha análise ao conjunto da língua. Entre esses dois procedimentos haveria ainda formas intermediárias. O objeto se mantém o mesmo, e o que se altera é apenas a perspectiva em relação a ele. Esta seria minha resposta àqueles que argumentam se só seria possível a realização de análises de discursos. Esta seria uma das possibilidades, posto que a história dos conceitos permanece uma metódica consistente, com suas fronteiras, seus limites e vantagens, naturalmente. (KOSELLECK, 1992, p. 137-138)

Em relação à utilização da história dos conceitos como um método de pesquisa, Kirschner afirma que se trata de algo mais do que um método aplicável. Para a autora, “a história dos conceitos seria um instrumento complementar e necessário para a investigação histórica” (KIRSCHNER, 2007, p. 50).

Agregando-se, assim, todas essas características do estudo de Koselleck e sua contribuição para o campo da historiografia e para a reflexão acerca da construção e da narrativa da História, o historiador José Costa D’Assunção Barros salienta que talvez o exemplo “mais emblemático” oferecido por Koselleck ” relativo às diferentes recepções e sensibilidades de determinados conceitos tenha sido o seu estudo sobre o Tempo e as diversas instâncias da Temporalidade (BARROS, 2016, p. 44). É justamente a respeito dessas contribuições que nos dedicaremos nas páginas a seguir.

3.3. Experiência e Expectativa

O ponto de partida para a análise do sistema conceitual de compreensão do tempo histórico proposto por Koselleck é, justamente, a noção de “experiência” e “expectativa”, duas meta-categorias históricas que o historiador alemão propõe esclarecer e que, ao fazê-lo, o autor busca mostrar como “em cada presente, as instâncias do passado e do futuro são postas em relação” (BARROS, 2013, p. 138).

Para tanto, Koselleck procura estabelecer algumas diferenças fundamentais entre esses dois conceitos e os demais conceitos passíveis de análise pelos historiadores. A fim de desenvolver sua análise, o autor alemão chega, inclusive, a

advertir que, no caso dos conceitos de “experiência” e “expectativa”, renunciará “conscientemente a deduzir a origem histórica dessas expressões, de certa forma contrariando a exigência metodológica a que o historiador profissional dos conceitos deve submeter-se” (KOSELLECK, 2006, p. 306). De acordo com ele, abrir mão, em determinados casos, da investigação da gênese histórica estimula ainda mais “o olhar que se dirige à própria história” (KOSELLECK, 2006, p. 306).

Nesse sentido, Koselleck sustenta que as categorias “experiência” e “expectativa” são expressões que carregam consigo uma realidade histórica. Todavia, elas não apontam, ao menos não claramente e tomando-as como conceitos em si, eventos, acontecimentos ou situações particulares. É em razão disso que Koselleck apresenta a noção de que elas são, na verdade, categorias formais, já que “elas não permitem deduzir aquilo de que se teve experiência e aquilo que se espera” (KOSELLECK, 2006, p. 306). Essa característica formal, no entanto, não é exclusividade dessas categorias. O autor chega a citar outros exemplos de categorias formais, tais como “senhor e escravo”, “amigo e inimigo”, “guerra e paz”, dentre outras (KOSELLECK, 2006, p. 306-307). A fim de detalhar essas categorias e apresentar as possibilidades, e os limites, das abordagens que as use, Koselleck indica:

Sempre se trata de categorias que nada dizem ainda sobre uma determinada fronteira, uma determinada constituição etc. Mas o fato de se poder questionar e expor essa fronteira, essa constituição ou essa experiência já pressupõe o uso categorial das expressões. (KOSELLECK, 2006, p. 307)

Ainda assim, Koselleck apresenta uma distinção fundamental entre as duas categorias que busca analisar e as outras utilizadas a título de exemplo: estas foram (e são) conceitos históricos. Ao contrário, “experiência” e “expectativa” seriam termos menos concretos, menos sensíveis e intuitivos. Porém, nem por isso Koselleck retira a sua relevância e importância. Apesar de pretenderem “um grau de generalidade mais elevado”, o uso dessas categorias é “absolutamente necessário” (KOSELLECK, 2006, p. 307). Koselleck chega, inclusive, a estabelecer uma relação de equivalência entre “experiência” e “expectativa” com as categorias “espaço” e “tempo”, tamanha a relevância delas na sua teoria.

Desenvolvendo a sua perspectiva a respeito do que diferencia “experiência” e “expectativa” dos demais termos e categorias, Koselleck apresenta ainda outra característica distintiva. Por serem, como o autor chama “plenos de realidade”

(KOSELLECK, 2006, p. 307), ou seja, constituindo campos semânticos mais concretos, os conceitos acima apresentados são categorias alternativas. Em outras palavras, falar de senhor remete a escravo, citar a guerra remete a considerar a paz, e vice-versa. Em relação às duas categorias destacadas por Koselleck, no entanto, tal alternativa não se impõem, tendo em vista que, para o autor alemão, uma não pode existir sem a outra:

Sem que se pretenda aqui estabelecer uma hierarquia estéril, pode-se não obstante afirmar que todas as categorias que falam de condições de possibilidade histórica podem ser utilizadas individualmente, mas nenhuma delas é concebível sem que esteja constituída também uma experiência e expectativa. Assim, nossas duas categorias indicam a condição humana universal; ou, se assim o quisermos, remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada. (KOSELLECK, 2006, p. 307-308)

É tomando as categorias de “experiência” e “expectativa” na sua natureza de complementariedade que Koselleck as considera adequadas para o estudo do tempo histórico, uma vez que elas “entrelaçam passado e futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 308). O historiador José Costa D’Assunção Barros, ao abordar esta questão, ressalta que as duas categorias não apenas não se opõem uma à outra, mas estão, na verdade, “sempre prontas a repercutir uma sobre a outra” (BARROS, 2013, p. 141-142). Como maneira de exemplificar a complementariedade dessas categorias e as maneiras como elas se entrelaçam no tempo e são capazes de dirigir ações concretas no movimento social e político, Koselleck apresenta um exemplo:

A experiência de execução de Carlos I abriu, mais de um século depois, o horizonte de expectativas de Turgot, quando ele insistiu com Luis XVI que realizasse as reformas que o haveriam de preservar de um destino semelhante. O alerta de Turgot ao seu rei não encontrou eco. Mas, entre a Revolução Inglesa passada e a Revolução Francesa futura foi possível descobrir e experimentar uma relação temporal que ia além da mera cronologia. A história concreta amadurece em meio a determinadas experiências e determinadas expectativas. (KOSELLECK, 2006, p. 308-309)

A partir desse exemplo e do até aqui já apresentado, é possível reconhecer a importância que essas categorias têm para a teoria de Koselleck. O historiador François Hartog destaca que elas são relevantes por serem a base que compõem a interpretação semântica dos tempos históricos que o historiador alemão se propõe a analisar. Segundo Hartog, Koselleck tentou investigar como, em cada presente, o passado e o futuro se entrelaçam, de forma que o tempo histórico, para Koselleck, é produto da “distância criada entre o campo de experiência, de um lado, e o horizonte

de expectativa, de outro: ele é gerado pela tensão entre os dois lados” (HARTOG, 2015, p. 39).

Nesse sentido, dada a centralidade e a importância do enlace existente entre as duas categorias nas perspectivas de Koselleck, faz-se necessário entender as definições de cada uma delas. A respeito da experiência, argumenta que ela seria “o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006, p. 309). Nesse sentido, o historiador José Costa D’Assunção Barros argumenta que “a experiência pertence ao passado que se concretiza no presente de múltiplas maneiras: através da memória, dos vestígios, das permanências” (BARROS, 2013, p. 140), por exemplo. Com isso, o historiador alemão afirma que, nessa categoria, é possível verificar a fusão de uma construção racional do passado com as elaborações do inconsciente, ou seja, aquilo que já não está mais no plano do conhecimento. Koselleck destaca que a experiência de cada ator histórico, por mais que seja individual, não lhe pertence. Ela é, em suma, uma experiência alheia, por ser transmitida por instituições e por gerações passadas. Assim, segundo o autor, a própria história “é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias” (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Novamente destacando a questão da complementariedade características entre as duas categorias ora estudadas, Koselleck sustenta que a expectativa também é “ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal” (KOSELLECK, 2006, p. 310). Da mesma maneira que a experiência é o passado atual, para Koselleck, a expectativa também está no presente, ela “se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que pode apenas ser previsto” (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Assim, Koselleck resume:

Apesar de se relacionarem, [experiência e expectativa] não são conceitos simétricos, que coordenem passado e futuro como se fossem imagens especulares recíprocas. Pelo contrário, experiência e expectativa possuem formas de ser diferentes. (...) Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais. (KOSELLECK, 2006, p. 310)

A partir dessa apresentação de definição das duas categorias, bem como pela destaque apresentado a respeito da assimetria existente entre elas, Koselleck

prossegue indicando que a instância “tempo” é de difícil expressão, podendo apenas ser expresso e, de certa forma, visualizado, utilizando-se de metáforas espaciais. É por essa razão que, ao abordar as categorias acima estudadas, a fim de analisar que “a presença do passado é diferente da presença do futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 311), Koselleck faz uso das expressões “espaço de experiência e “horizonte de expectativa”.

A respeito da dinâmica espaço-temporal existente nas expressões “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, o historiador José D’Assunção Barros propõe a seguinte ilustração que, entende-se aqui também, pode ser esclarecedora:



Figura 1 – Representação do “Espaço de experiência” e “Horizonte de expectativa”

A representação gráfica dos conceitos de Koselleck sugerida por Barros é composta por uma linha horizontal que delimitaria o espaço do “horizonte de expectativa” e, ainda, por um semicírculo, acoplado à linha horizontal, que indicaria o “espaço de experiência”.

A respeito da interpretação de cada um dos conceitos do historiador alemão e à representação gráfica presente na figura 1, é possível verificar que há um vasto campo do passado, ou seja, uma experiência em potencial, que não se encontraria representada ou incluída no “espaço de experiência”. Em relação a isso, Barros argumenta que este seria o campo do “passado incognoscível”, ou seja, um estrato do passado que não teria deixado memória, rastro. Segundo Barros, o que está fora do círculo do “espaço de experiência” diria respeito àquilo que “não deixou vestígios, nem fontes para os historiadores; aquilo que não está materializado no presente a partir das permanências, das continuidades, das línguas, dos rituais praticados, dos hábitos adquiridos” (BARROS, 2013, p. 143).

Ao contrário, o que se encontra circunscrito pelo semicírculo do “espaço de experiência” diz respeito a tudo o que já foi vivido e experienciado – resguardadas, aqui, as ressalvas de Koselleck a respeito da transmissão institucional e geracional das experiências – e que, de alguma forma, se projeta no presente. Seria, portanto, a representação gráfica do “passado atual” (KOSELLECK, 2006, p. 308), ou o “passado-presente” (BARROS, 2013, p. 143).

Ainda a respeito da análise do “espaço de experiência” na representação gráfica sugerida por Barros (2016), é de se destacar que as fronteiras entre o que está dentro do semicírculo e o que se encontra fora dele não são definitivas, de forma que algo que, hoje, encontra-se no interior do “espaço de experiência” pode ser deslocado para fora quando, por exemplo, há o extravio de um arquivo ou um incêndio destrói fontes e vestígios que servem de resgate da memória da experiência. De maneira inversa, a descoberta de novas fontes, ou novos meios de se relacionar com a experiência do passado ou novas formas de se viver e registrar o real (seja pelo surgimento de novos meios de comunicação ou pelo uso que fazemos dos aparatos tecnológicos a nossa disposição, por exemplo), podem deslocar algo de fora do semicírculo para dentro dele. As próprias transformações pelas quais passa a História como campo do saber também influenciam na dinâmica de inclusão/exclusão do que se encontra no interior do semicírculo do “espaço de experiência”. A esse respeito, Barros argumenta que

Quando morre um indivíduo, certamente, o mundo perde para este espaço exterior algo do que poderia ser conhecido, do que estava efemeramente situado dentro do semicírculo e que jamais poderá ser recuperado. A História oral, uma modalidade mais recente das ciências históricas, apresenta, aliás, uma pesquisa extremamente importante para a historiografia, e mesmo para a humanidade. Através desta abordagem histórica é possível fixar o que um dia irá perder, pois as memórias podem ser registradas em depoimentos, gravados ou anotados, e as visões e percepções de mundo de indivíduos que um dia irão perecer também podem encontrar o seu registro. (BARROS, 2013, p. 144-145)

Dessa forma, Barros destaca a constante mudança que é possível ser verificada no âmbito do “espaço de experiência”, uma vez que cada instante vivenciado será responsável, logo em seguida, por um passado. Assim, “a cada segundo, a cada novo presente, o “espaço de experiência” se transforma” (BARROS, 2013, p. 145). Em relação a isso, Koselleck sustenta não ser possível cogitar a mensuração da experiência de maneira cronológica, já que, para o autor alemão, “toda experiência salta por cima dos tempos” e “não cria continuidade no sentido de uma

elaboração aditiva do passado” (KOSELLECK, 2006, p. 311). Koselleck faz menção a uma imagem proposta por Christian Méier¹⁶, na qual compara o “espaço de experiência” à parte transparente da máquina de lavar, por onde “de vez em quando aparece esta ou aquela peça colorida de toda a roupa que está contida na cuba” (KOSELLECK, 2006, p. 311). Sustentando a representação espacial da experiência, Koselleck diz que:

Tem sentido se dizer que a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo que em muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois. (KOSELLECK, 2006, p. 311)

A representação gráfica utilizada por Barros (2016) para ilustrar o “horizonte de expectativa” encontra sustentação na própria teoria de Koselleck, que, por sua vez, indica que o “horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado” (KOSELLECK, 2006, p.311). Esse “futuro-presente” (BARROS, 2013, p. 146) trata, assim, de algo que ainda não ocorreu, mas que, ainda assim, repercute no presente. Uma característica elementar desta linha, de acordo com Barros, é que ela seria inatingível, uma vez que “sempre que nos aproximamos do horizonte, ele recua, de modo que nunca deixará de persistir como uma linha além da qual paira o desconhecido” (BARROS, 2013, p. 146). Desconhecido esse que, logo, torna-se presente, conhecido e, tão logo passa, e vira passado, experiência. A respeito da relação entre as três dimensões do tempo (passado, presente e futuro) e as categorias acima apresentadas, Barros argumenta que

Entre estas duas imagens se comprime o presente: o fugidio momento de difícil representação visual que parece se comprimir entre o espaço concentrado que representa o passado (e ao qual logo se incorporará o próprio presente) e a linha fugidia que representa o futuro – esta linha eternamente móvel, uma vez que rapidamente o que ela traz, tão logo se torne conhecido, transforma-se por um segundo em presente e logo depois, passa a ser englobado pelo interior do semicírculo que corresponde ao “espaço de experiência” (quando não se perde no passado incognoscível situado fora do semicírculo). (BARROS, 2013, p. 146-147)

De fato, toda essa complexa e profunda relação existente entre as três dimensões do tempo são cruciais para sua perspectiva e a complementariedade existe entre as duas categorias de “experiência” e “expectativa”, ou seja, as suas “maneiras

¹⁶ Historiador alemão que, juntamente com Koselleck, Horst Günther e Odilo Engels, assina a obra *O Conceito de História*, originalmente publicado em 1975 e publicado no Brasil em 2013, pela Editora Autêntica.

desiguais de ser” (KOSELLECK, 2006, p. 312) e as tensões existentes entre elas resultam no que Koselleck deduz como o próprio tempo histórico. É em relação a esse esforço de compreender as inúmeras facetas existentes na relação entre as dimensões do tempo e as suas assimetrias que, para alguns historiadores, como José Costa D’Assunção Barros, constitui – para além, claro, da elaboração da história dos conceitos – um dos principais legados do historiador alemão (BARROS, 2016). Em relação a isso, é inconcebível, para Koselleck, “uma relação estática entre espaço de experiência e horizonte de expectativa”, já que “eles constituem uma diferença temporal no hoje, na medida em que entrelaçam passado e futuro de maneira desigual” (KOSELLECK, 2006, p. 313-314).

Aplicando-se os conceitos delineados a respeito das duas categorias à História, Koselleck defende a tese de que “na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente” (KOSELLECK, 2006, 314). Para o autor alemão, aliás, somente se é possível conceber a própria modernidade como um tempo novo se se entender que há um distanciamento cada vez maior entre as expectativas e as experiências.

Em razão da transmissão de memórias e tradições de maneira geracional, antes da modernidade o horizonte de expectativa, sustenta Koselleck, era bastante limitado àquilo que se conectava ao espaço de experiência. Por mais que, antes da modernidade, houvesse um horizonte de expectativas, ele tinha uma determinação específica no tempo, qual seja o fim dos tempos. O próprio Koselleck destaca que a” história da Cristandade, até o século XVI, é uma história das expectativas, ou, melhor dizendo, de uma contínua expectativa do final dos tempos; por outro lado, é também a história dos repetidos adiamentos desse mesmo fim do mundo” (KOSELLECK, 2006, p. 24). O monopólio do horizonte de expectativa pertencia, até aquele momento à Igreja, tendo sido fragilizado apenas pelo movimento da Reforma e, em seguida, pelo Estado Absolutista que lutou incessantemente “contra profecias políticas e religiosas de todo tipo”, proibindo previsões do fim do mundo e tornando a “manipulação do futuro” uma atribuição do Estado (KOSELLECK, 2006, p. 29).

Em oposição à perspectiva cristã de tempo como um fim, Koselleck defende que foi apenas com o advento da filosofia da história “que uma incipiente modernidade desligou-se de seu próprio passado, inaugurando, por meio de um futuro inédito, também a nossa modernidade” (KOSELLECK, 2006, p. 35). Essa

transformação que nascia e dava à luz a modernidade era proveniente da ideia de progresso, algo que era “voltado para uma transformação ativa deste mundo” (KOSELLECK, 2006, p. 318). A novidade que ele trazia, para o historiador alemão, era a seguinte:

As expectativas para o futuro se desvincularam de tudo quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer. E as experiências novas, acrescentadas desde a colonização ultramarina e o desenvolvimento da ciência e da técnica, já não eram suficientes para servir de base a novas expectativas para o futuro. A partir de então o espaço de experiência deixou de estar limitado pelo horizonte de expectativa. Os limites de um e de outro se separaram. (KOSELLECK, 2006, p. 318)

É com o distanciamento entre as duas categorias analisadas por Koselleck que o historiador alemão analisa o reconhecimento do tempo histórico ou, mais especificamente, da modernidade. É daí que surge um aforisma de Koselleck de que “quanto menor a experiência tanto maior a expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 326), podendo resumir uma explanação a respeito da estrutura temporal da modernidade. Koselleck destaca, no entanto, que essa noção de profundo deslocamento entre as duas categorias é aplicável à época de “brusca transformação em que essa assimetria foi interpretada como progresso” (KOSELLECK, 2006, p. 327).

Nesse sentido, à luz das categorias apresentadas por Koselleck, e considerando a sua análise de complementariedade e assimetrias existentes entre “experiência” e “expectativa”, procurar-se-á, a seguir, construir um diálogo com o pensamento de um dos mais importantes pensadores do campo da Comunicação, o contrerrâneo de Harold Innis, Herbert Marshall McLuhan.

3.4 Diálogos com a Comunicação

Assim como Harold Innis, Marshall McLuhan é um dos principais autores do campo comunicacional e, também, nascido no Canadá. Há uma tendência hoje de analisar suas obras de maneira conjunta, complementar ou, ainda, buscando-se similaridades entre o desenvolvimento de suas teorias, mas não foi sempre assim, pois a obra de Innis ainda é bem menos conhecida que a de McLuhan. É o caso de Luiz C. Martino, por exemplo, que no artigo *Pensamento comunicacional canadense: as contribuições de Innis e McLuhan*, se propõe a articular quais os princípios

fundamentais que constituem um único programa de pesquisa compartilhado entre os dois autores canadenses.

Martino defende que, “mais do que uma teoria particular, as obras desses dois autores devem ser compreendidas como as bases de um programa de pesquisa” (MARTINO, 2008, p. 127). O autor sustenta que a obra dos pensadores canadenses “se esclarecem mutuamente”, já que partem de princípios teóricos subjacentes à formação de uma única corrente de pensamento no domínio dos estudos comunicacionais (MARTINO, 2012, p. 596).

Já no artigo *Le Concept de Moyen de Communication dans l'École de Toronto*, partindo da controvérsia a respeito da existência ou não de uma escola de comunicação de Toronto, Martino (2012) procura analisar em que medida Innis e McLuhan formavam uma escola de pensamento. Os autores, segundo Martino, não se propuseram a criar uma escola ou um projeto epistemológico comum, mas isso não impede que se verifique uma tradição formada a partir da linha de pensamento que os autores colaboraram a sedimentar e que ficou conhecida pelos nomes de Escola de Toronto, Ecologia das Mídias e Teoria do Meio.

Como já é possível deduzir pelos nomes que costumeiramente são associados a essa tradição do pensamento comunicacional, “a importância dada aos meios de comunicação” é o que Martino considera “como característica mais marcante dessa escola” (MARTINO, 2008, p. 126). E é a respeito dos estudos que McLuhan desenvolve a respeito da forma e do conteúdo dos meios de comunicação que se propõe analisar a seguir, considerando-se, também, as relações que podem ser estabelecidas com as categorias meta-históricas propostas por Reinhart Koselleck.

McLuhan é considerado um dos principais (e também dos mais polêmicos) pensadores do século XX, e não apenas no campo da Comunicação. Suas obras são, até hoje, influentes nos mais diversos campos de investigação. McLuhan foi, de acordo com Martino, não apenas “um pensador dos meios de comunicação, mas um intelectual midiático, talvez o primeiro no sentido pleno” (MARTINO, 2008, p. 125). A participação de Marshall McLuhan em um dos principais e mais premiados filmes do diretor, produtor e roteirista norte-americano Woody Allen, “Noivo neurótico, Noiva nervosa”, de 1977, é indicativa da presença do autor canadense no pensamento cultural de sua geração.

McLuhan, apesar de ter iniciado os seus estudos no Canadá, estudando engenharia na Universidade de Manitoba, concluiu sua educação na Inglaterra, tendo se dedicado aos estudos de literatura inglesa na prestigiada Universidade de Cambridge. A partir de então, passou a lecionar nos Estados Unidos, de onde voltou para sua terra natal em meados da década de 1940.

Utilizar-se-á, aqui, a fim de tornar possível uma análise das abordagens do autor canadense associada às de Koselleck, uma das principais teses de McLuhan – ainda que se reconheça haver outras –, qual seja a de que o meio é a mensagem¹⁷. É possível verificar o interesse de McLuhan pela tecnologia desde o início do seu caminhar acadêmico, quando escolheu cursar engenharia (ainda que tenha rapidamente desistido). Contudo, conforme afirma Rodrigo Miranda Barbosa, “o marco de seu interesse pelas tecnologias comunicacionais provavelmente é seu contato com o economista político Harold Innis, levando-o a desenvolver um projeto teórico mais amplo e complexo, centrado neste tipo de tecnologia” (BARBOSA, 2014, p. 116).

Na tentativa de se aprofundar no objeto de estudo que McLuhan mais se dedica, Barbosa (2014) apresenta três maneiras que os meios de comunicação foram descritos e analisados por Joshua Meyrowitz. A primeira concepção dos meios para Meyrowitz os considera verdadeiros condutores de informações, ou seja, encontra-se aqui uma definição de meios que se aproxima do seu conteúdo. A segunda concepção diz respeito à gramática dos meios, isto é, voltada para os elementos de produção de cada um dos meios. De maneira a exemplificar essa segunda maneira de se entender os meios, é possível compreender que, ao se falar de uma mídia impressa, alguns dos elementos chamados gramaticais do meio seriam as cores das fontes, bem como os seus tamanhos ou a diagramação, por exemplo. Já a terceira concepção, que Barbosa destaca ser aquela tida como central para McLuhan, sugere que cada meio tem suas características fixas, que “influenciam diretamente a psique humana, sendo em grande parte independente do conteúdo dos meios e dos elementos gramaticais” (BARBOSA, 2014, p. 117).

¹⁷ Sabe-se que a produção de McLuhan é variada, mas optou-se por abordar apenas a tese do meio é a mensagem por considerar que os desdobramentos a ela inerentes são compatíveis com a realização de associações entre as categorias e a maneira de estudá-las, como propôs Koselleck. Barbosa (2014), por exemplo, elenca três teses comunicacionais como sendo as principais de McLuhan, quais sejam: “(1) o meio é a mensagem e as extensões do homem; (2) a proposta estético-sensorial: espaço acústico e espaço visual; (3) leis dos meios” (BARBOSA, 2014, p. 115).

A partir dessa sistematização das diversas concepções de meio de comunicação e entendendo-se em qual delas McLuhan mais se apoia, é possível partir para a análise que o aforismo “o meio é a mensagem” e dos seus desdobramentos. Entender essa tão famosa expressão do autor canadense é lançar-se em uma reflexão a respeito da relação existente entre forma e conteúdo, entre figura e fundo, entre ambiente e antiambiente. É por essa razão que entendeu-se aqui relevante a aproximação entre McLuhan e Koselleck, ainda que com as devidas ressalvas e resguardadas as proporções da tradição de pensamento presente na obra de cada um dos autores.

McLuhan não discrimina necessariamente forma e conteúdo como categorias, como Koselleck o faz ao desenvolver sua análise da “experiência” e da “expectativa”. Contudo, a própria afirmação de que “o meio é a mensagem” traz, consigo, uma profunda reflexão a respeito de duas instâncias presentes no processo comunicacional: a forma (ou meio) e o conteúdo (ou mensagem). Para McLuhan, é muito comum que “o ‘conteúdo’ de qualquer meio nos cegue para a natureza desse mesmo meio” (MCLUHAN, 2007, p. 23).

Como uma forma de desenvolver as perspectivas de McLuhan, destaca-se aqui que as análises do autor canadense a respeito dos meios se propõem a estudar os efeitos e as transformações sociais que o surgimento de um novo meio de comunicação traz para a sociedade, “explorando também as alterações que podem ocorrer na natureza e nos tipos de situações sociais, nas relações pessoais quando um novo meio se insere no ambiente” (BARBOSA, 2014, p. 117). Nesse sentido, McLuhan indica que

A “mensagem” de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas. A estrada de ferro não introduziu movimento, transporte, roda ou caminhos na sociedade humana, mas acelerou e ampliou a escala das funções humanas anteriores, criando tipos de cidades, de trabalho e de lazer totalmente novos. (MCLUHAN, 2007, p. 22)

Ao afirmar que “o meio é a mensagem”, McLuhan procura voltar os olhos dos pensadores dos processos comunicacionais e dos estudos das tecnologias de comunicação para um elemento até então bastante negligenciado, qual seja, a forma. Grande parte dos estudiosos da comunicação se concentravam no estudo dos conteúdos, analisando-se as linguagens, as narrativas e aquilo que se entendia ser a mensagem transmitida pelo emissor a um grupo de receptores. A esse respeito,

Martino indica que um grande número de estudiosos da comunicação deixaram de compreender a assimetria (para utilizar a expressão de Koselleck) entre a forma (ou o sistema midiático) e o conteúdo (fluxo de mensagens), fato que os teria deixado “completamente à mercê da pauta dos jornais e outros meios, tornando-se verdadeiras máquinas de reação a seus conteúdos” (MARTINO, 2008, p. 144).

Nesse sentido, de maneira semelhante a de Koselleck, McLuhan destaca duas instâncias de fundamental relevância para a pesquisa comunicacional. Ainda que o autor canadense não realize a sistematização e pontue de maneira tão demarcada quanto Koselleck a relação de complementariedade entre “experiência” e “expectativa”, McLuhan, ao levar em conta e transpor para o centro do debate o meio de comunicação, não descarta a mensagem, o conteúdo. Trata-se, como Martino afirma de um “recoo necessário para a reflexão teórica”¹⁸ que evidencia a distinção entre forma e conteúdo, sem desconsiderar nenhuma das instâncias.

Na tentativa de interpretar a tese central de McLuhan, Barbosa apresenta três entendimentos a respeito da famosa frase de McLuhan. Em uma primeira noção, o autor acentua que a mensagem existente nos meios de comunicação diriam respeito às maneiras particulares como cada meio afeta a percepção dos indivíduos e do ambiente social, independentemente do conteúdo de suas mensagens. Em outras palavras, a mensagem “se refere à potencialidade dos meios de comunicação mudarem a forma como nos comunicamos e com isso alterarem todo o ambiente social” (BARBOSA, 2014, p. 118).

Uma segunda interpretação indica que os meios são responsáveis por modificar a mensagem, determinando a maneira como ela chegará mediante a gramática e as características a ele inerentes. É o que acontece, de certa forma, quando se lê um livro nas próprias mãos ou quando se ouve o livro por meio de um audiolivro, por exemplo. As experiências com o conteúdo, nesses casos, são determinadas pelo sistema midiático que compõe o suporte material utilizado para se atingir a mensagem do livro.

¹⁸ Esta frase é atribuída ao trabalho de Innis, mas pode ser estendida a McLuhan. O ponto de vista é que a perspectiva histórica de longa duração pode ser considerada uma das influências de Innis sobre a obra de McLuhan. Também note-se Martino refere-se ao uso da história como estratégia para o pensamento e o efeito da atualidade (dominação do presente): “A retirada para o **passado**, a adoção de uma perspectiva **de longo prazo**, o entrincheiramento na teoria, forneceram-lhe o recoo necessário para a reflexão teórica. Representava sua forma de enfrentar as modificações do tempo-espaco introduzidas por novos *bias midiáticos*, e assim levar a cabo seu último combate, aquele pela defesa das condições do pensamento”(MARTINO, 2008, p.143-144).

Por fim, Barbosa (2014) apresenta ainda uma terceira noção que se assemelha às ideias de Innis, de que o surgimento de novos meios de comunicação modifica os padrões de relacionamento existentes na sociedade.

Em um esforço semelhante ao de Barbosa, Martino (2008) apresenta que “o meio é a mensagem” significa, em poucas linhas, que o meio é distinto da mensagem e que os efeitos dos meios seriam mais importantes do que os efeitos gerados pela mensagem. Assim, Martino indica que,

Menos paradoxal do que aparenta, a frase “o meio é a mensagem” simplesmente indica que é o *meio* que “diz”, que “atribui significado”, que “dá sentido”, que é “significante”, portanto, o que é significativo não é a mensagem, mas o meio. Embora a mensagem possa provocar efeitos, estes são incomparavelmente menos importantes que aqueles provocados pelos meios de comunicação. (MARTINO, 2008, p. 145)

A atenção desloca-se para a forma, os estudos em Comunicação, antes excessivamente focados no conteúdo (ou na audiência), passam a contar com outro referencial, o meio de comunicação, sem, contudo, esvaziar de sentido o significado, ou seja, a mensagem.

Trata-se, antes, de uma concepção total do processo, como destaca Robert K. Logan (2011). Segundo ele, um dos conceitos chave de McLuhan é a noção de figura/fundo. De acordo com Logan, McLuhan acredita haver uma relação intrínseca entre as duas categorias, considerando que, para se entender o significado de uma figura, faz-se necessário levar em conta o fundo em que ela está situada. A noção de figura e fundo em McLuhan também é destacada por Barbosa (2014). Nesse caso como uma das maneiras de estabelecer as relações existentes entre as ideias de forma e conteúdo, expressões utilizadas na obra *Thought the Vanishing Point: Space in Poetry and in Painting*, publicado em 1968, na qual McLuhan sustenta que ao se atribuir maior valor ao conteúdo (figura), acaba-se por esquecer a atuação dos meios de comunicação e sua influência no meio social (fundo). Essa perspectiva do todo, que não dissocia figura e fundo se apoia na Psicologia da Gestalt, para a qual o todo é mais do que a soma de duas ou mais partes. É o caso da famosa figura do vaso de Rubin (figura 2). Nela, ao se observar o campo preto, é possível ver dois rostos se encarando. No entanto, observando-se o campo branco da figura, enxerga-se o vaso.

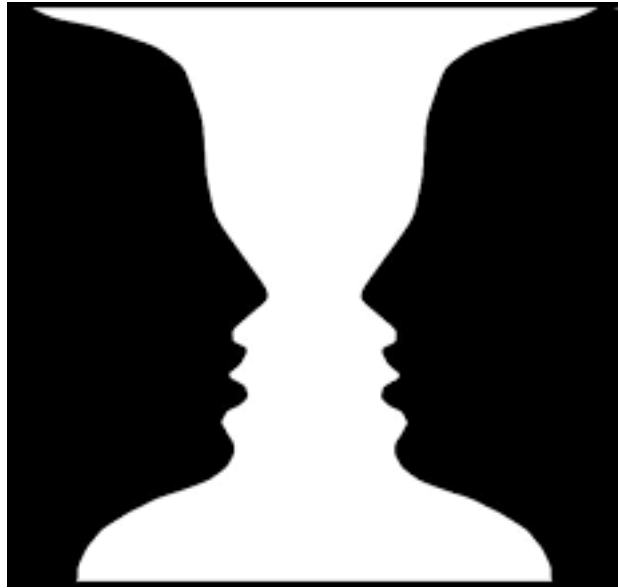


Figura 2 – Vaso de Rubin.

Nesse sentido, Logan sustenta que o meio possui duas mensagens. A primeira delas seria o próprio conteúdo, ou a capacidade de veicular o conteúdo. Esta seria, de acordo com ele, a figura. A segunda mensagem, por sua vez, seria justamente o fundo, que “o meio cria para seu conteúdo” (LOGAN, 2011, p. 2).

Para além da imagem do vaso de Rubin, Logan destaca outros exemplos utilizados por McLuhan para representar a transformação que o contexto (fundo) pode dar a uma figura, como “a figura de uma chaminé soltando fumaça, outrora símbolo de progresso industrial, especialmente na iconografia soviética, hoje é símbolo de poluição” (LOGAN, 2011, p. 2).

Dessa forma, fica evidente que McLuhan destaca a importância de que, para que se entenda a figura, é necessário partir, primeiramente, para a compreensão do contexto, ou seja, para o fundo. Transportando esta lógica para o aforismo “o meio é a mensagem, compreende-se que “o conteúdo de um meio não é independente e não pode ser compreendido sem que se leve em conta o meio a partir do qual ele é transmitido” (BARBOSA, 2014, p. 121).

Assim, apresentadas as distinções existentes entre as categorias presentes nos estudos de McLuhan, percebe-se uma relação de coexistência entre elas, bem como de assimetrias, da mesma maneira que as categorias koselleckianas de “experiência” e “expectativa”. Com isso, para além dessas relações existentes entre os autores, também é possível verificar que, cada um a sua maneira, foi responsável por uma

nova concepção e por trazer um novo olhar as suas respectivas disciplinas. A história dos conceitos de Koselleck trouxe uma nova semântica para a compreensão do tempo histórico, articulando, a partir do presente, um “espaço de experiência” e um “horizonte de expectativa”. McLuhan, por sua vez, ainda que tributário do legado de Innis, também trouxe à tona e ao debate comunicacional a centralidade dos meios, como destaca Martino:

A visibilidade dos meios, ou seja, a distinção de meio e mensagem, constituiu o primeiro passo do desdobramento da tese da centralidade dos meios de comunicação. Outro passo importante foi apontar os bias dos meios de comunicação (tempo e espaço) e a compreensão dos meios como extensões – e não apenas como “materialidade”, como em Innis, que trata a argila, a pedra e o papiro como “meios de comunicação”, sem fazer a distinção entre suporte (aspecto material do meio) e o meio propriamente dito (...). Juntas, essas teses formam o núcleo central da fundamentação da comunicação como domínio do conhecimento (uma disciplina das ciências sociais) e abrem uma perspectiva extremamente rica para se pensar o mundo que vivemos, como uma sociedade da comunicação. (MARTINO, 2008, p. 145)

Assim, enquanto que, para Koselleck, a relação de assimetria entre as duas categorias estudadas passa por um processo de distanciamento ao se aproximar da modernidade, no sentido de que “a modernidade só pôde ser concebida como um novo tempo depois que as expectativas se distanciaram de todas as experiências anteriores” (KOSELLECK, 2006, p. 322), é possível perceber que, com as contribuições de McLuhan para o campo comunicacional, há uma reconfiguração do destaque existente entre as categorias, de modo que o protagonismo outrora desempenhado pelo conteúdo é substituído pela prevalência do meio, culminando nos aforismos “o meio é a mensagem” e “o conteúdo de todo meio é um outro meio”.

Nesse sentido, consideradas as categorias de Koselleck e que, para o autor alemão, o tempo histórico é resultado das tensão existente entre elas, pode-se pensar que McLuhan apresenta uma noção de tempo comunicacional baseado na distinção de meio e mensagem. Sem o distanciamento entre forma e conteúdo, este último tende a prevalecer. Tirar o meio da invisibilidade, assim, permite com que seja possível refletir a respeito das “mudanças de escala” (MCLUHAN, 2007, p. 22) que eles produzem, ampliando e acelerando processos já existentes, como o próprio McLuhan destaca. Dessa forma, assim como a modernidade é fruto do avanço da “expectativa” sobre a “experiência”, as reflexões a respeito das dimensões de tempo e espaço para a Comunicação são reconsideradas com a centralidade do “meio” frente à “mensagem”.

CAPÍTULO IV - Regimes de Historicidade de François Hartog, presentismo e acontecimento

Não são poucos os elos que conectam os autores já trabalhados com o terceiro dos historiadores que abordaremos a seguir, a saber, o francês François Hartog. Desde semelhanças tais como a universidade em que iniciou seu trabalho como professor, a Universidade de Strasbourg, a mesma em que Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores da Escola dos Annales, deram início ao que Peter Burke chama da Revolução Francesa da Historiografia (BURKE, 1997), até as articulações que Hartog faz entre as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, cunhadas por Reinhart Koselleck, em seu estudo a respeito dos regimes de historicidades, conceito que dá nome à obra de Hartog que abordaremos abaixo.

Tais semelhanças, por si só, já justificariam a escolha da análise da obra de Hartog para sintetizar os objetivos propostos por esta dissertação. No entanto, a relevância do historiador francês para o presente estudo não residem apenas na relação que ele constrói a partir da sua obra com os demais pensadores e, ainda, com outros do campo das “ciências do homem”, como define Braudel. (BRAUDEL, 1978, p. 41). Hartog traz, com sua obra *Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo*, o conceito de presentismo, ideia essa muito fértil no campo da Comunicação e a respeito da qual se buscará, logo mais, criar relações entre o conceito de Hartog e o pensamento comunicacional.

Dessa forma, o presente capítulo se desenvolverá, nas páginas a seguir, levando-se em conta sempre a pergunta que o próprio Hartog se propõe na supracitada obra: “estaria em formulação um novo regime de historicidade, centrado no presente?” (HARTOG, 2015, p. 31). Tomando essa interrogação como ponto de partida, é possível atualizá-la e lançar a pergunta: onde a Comunicação se encontra nesse possível processo de formulação de um novo regime de historicidade, centrado no presente?

4.1 François Hartog

Em mais de uma oportunidade, o historiador francês François Hartog (nascido em 1946, um ano após o fim da Segunda Guerra Mundial) afirmou que busca

levar as pesquisas que desenvolve para caminhos que não sejam limitados por fronteiras ou por limites, sejam eles inter ou intradisciplinares. Na introdução da obra *Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo*, Hartog diz que não se considera “nem historiador do contemporâneo nem analista da atualidade”, mas que, antes, esforça-se para “refletir sobre a história fazendo história” (HARTOG, 2015, p. 26). Em outra ocasião, quando concedeu uma entrevista aos historiadores Henrique Estrada Rodrigues e Fernando Nicolazzi, Hartog argumenta que tanto a teoria quanto a filosofia da história o interessam, mas que o que ele tenta fazer, na verdade “é refletir sobre a história praticando história” (RODRIGUES & NICOLAZZI, 2012, p. 358).

De fato, os dois historiadores acima mencionados, Rodrigues e Nicolazzi, indicam que as obras de François Hartog abarcam “uma pluralidade de escritos” e que, na visão deles, o que distinguiria a produção de Hartog seria a maneira como o historiador francês se dedica a “pensar as variadas formas de prática historiográfica no Ocidente, bem como as diferentes modalidades de experiência de tempo que definem a cultura ocidental” (RODRIGUES & NICOLAZZI, 2012, p. 352). Apesar disso tudo (ou, talvez, em razão disso tudo), Hartog chega a ser considerado “o mais importante historiador da historiografia da atualidade” (Tradução nossa)¹⁹ (HOFFMANN, 2016, p. 535).

De qualquer maneira, uma das formas que Hartog se identifica é, justamente, como historiador da história e é possível considerar como um dos fatores que indicam o seu destaque na construção do saber historiográfico se dá pela atenção que ele dedica ao conceito de tempo, ao contrário de (alguns) colegas de profissão, para quem Hartog diz que o tempo tornou-se a tal ponto habitual que foi naturalizado ou instrumentalizado. “O tempo é impensado, não porque seria impensável, mas porque não o pensamos ou, mais simplesmente, não pensamos nele” (HARTOG, 2015, p. 26).

A respeito da sua aproximação com a História, Hartog relata que seu primeiro engajamento com a disciplina e, muito propriamente, com um historiador foi com Heródoto. Tendo vivido no século V a.C., o grego Heródoto recebe o título de pai da História e foi o autor da grandiosa obra *Histórias*, na qual relata as guerras médicas entre os gregos e os persas. Segundo o próprio Hartog, Heródoto “se impôs” (RODRIGUES & NICOLAZZI, 2012, p. 353) a ele de tal maneira que, no início da

¹⁹ “The most important historian of historiography today”.

tese do historiador francês, sua pretensão não era realizar um trabalho sobre o pai da História. No entanto, tamanho foi o engajamento que lhe envolveu que sua tese de doutoramento se tornou uma de suas principais e mais importantes obras: *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*.

Nesse sentido, conforme já aventado acima, no âmbito da sua produção e dos seus objetos de pesquisa, Hartog pode receber a alcunha de eclético. Historiador do mundo antigo, teve como uma das suas primeiras posições profissionais como professor a tarefa de lecionar a respeito da historiografia, uma recente disciplina do curso de História da Universidade de Strasbourg no ano de 1975 e, para a qual, Hartog utilizou das contribuições de Fernand Braudel e seus *Escritos sobre História* para montar o curso. Além disso, Hartog desenvolveu uma série de estudos a respeito da relação das sociedades com o tempo, com as experiências de tempo. Tudo isso o caracteriza como um historiador não preocupado com as dimensões institucionais da disciplina, apesar de reconhecer a importância e o valor de quem esteja nesta linha. Hartog entende que seus colegas preocupados com os domínios da instituição História podem ser importantes até mesmo para “permitir o exercício de uma atividade intelectual”. Contudo, não é assim que ele se caracteriza:

Eu compreendo que se tenha esta atitude, mas não é um papel que tenho interesse em assumir, não é um papel que me convém. Não aprecio as fronteiras, nem os limites, nem as “atribuições de residência”, que seja na antiguidade ou na contemporaneidade, seja na literatura. Não concebo de uma outra maneira meu trabalho senão por este descolamento. (RODRIGUES & NICOLAZZI, 2012, p. 358)

Com esses atributos, Hartog se propõem, em uma das suas mais importantes obras, e a que analisaremos a seguir, a abordar e refletir sobre as crises das ordens do tempo que culminaram nas transformações dos regimes de historicidades, conceito que será abordado a seguir, mas que, em poucas palavras, indicam “os modos de articular passado, presente e futuro” (HARTOG, 2015, p. 45).

4.2 Regimes de Historicidade

Para compor a sua teoria e para melhor delinear o seu conceito de regimes de historicidade, Hartog se utiliza, de acordo com o historiador João Paulo Pimenta, das contribuições teóricas justamente de Fernand Braudel e de Reinhart Koselleck. De

acordo com Pimenta, é destes dois historiadores que emanam duas ideias centrais para Hartog:

A da simultaneidade de tempos históricos a pautarem a vida de toda e qualquer sociedade observável em perspectiva histórica; e a modernidade processualmente inaugurada no mundo ocidental entre os séculos XVIII e XIX, pautada por uma profunda temporalização da história e pela atribuição de conteúdos inovadores a noções como passado, presente e futuro. (PIMENTA, 2015, p. 400).

De maneira bastante resumida, a definição de regimes de historicidade para Hartog foi apresentada ao final do tópico anterior neste mesmo capítulo. No entanto, é natural que, para chegar a uma síntese tal como a indicada, ou seja, do que se entende por regimes de historicidade – a maneira em que passado, presente e futuro se articulam –, faz-se necessário analisar as ideias e as complexidades (e ressaltar as contribuições dos autores acima, bem como de outros) que envolvem esse conceito na obra de Hartog que recebe o mesmo título.

Sabe-se que, uma das maneiras de se tratar um tema e de elucidar uma ideia e, especialmente, um conceito é dizendo o que ele não é. Hartog faz uso dessa estratégia de argumentação para explicar, ainda no prefácio de *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*, que regimes de historicidade “não é uma realidade dada. Nem diretamente observável nem registrado nos almanaques contemporâneos” (HARTOG, 2015, p. 12-13). Além disso, ele não coincide com as épocas que são, costumeiramente, dadas às civilizações, como Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna etc. Muito menos deve ser “assimilado às instâncias de outrora: um regime que venha suceder mecanicamente a outro” (HARTOG, 2015, p. 13).

Ainda na tentativa de traçar a construção e a genealogia, por assim dizer, desse conceito, cabe frisar que Hartog indica ter utilizado a ideia de regimes de historicidade de uma maneira operatória justamente para analisar sua hipótese que justifica o desenvolvimento da obra sobre o presentismo. A primeira vez que Hartog se utiliza da noção de regimes de historicidade foi em 1983, quando analisou as ideias do antropólogo americano Marshall Sahlins no artigo “Marshall Sahlins et l’anthropologie de l’histoire”, publicado na *Revista dos Annales*. O artigo buscava problematizar as questões do autor americano a respeito da aproximação entre antropologia e história tendo como base seus estudos nas Ilhas Fiji. Hartog, inclusive, retomaria as contribuições de Sahlins no primeiro capítulo de *Regimes de*

historicidade. Não tendo dispensado muito mais atenção à noção regimes de historicidade após isso, Hartog a reencontrou

Dessa vez não mais com os Selvagens e no passado, mas no presente e aqui; mais exatamente depois de 1989, ela impôs-se quase por si mesma como uma maneira de interrogar uma conjuntura, em que a questão do tempo tornava-se prenante, um problema: uma obsessão às vezes. (HARTOG, 2015, p. 28)

A respeito da função instrumental que a noção de regime de historicidade tem para Hartog, o historiador Fernando Nicolazzi argumenta que a obra que recebe esse título não se propõe a ser “um tratado teórico sobre um conceito” e que, dessa forma, é ao longo do percurso historiográfico que o autor francês desenvolve ao longo do livro “que a noção [de regimes de historicidade] se constitui, menos como um conceito explicativo do que como um recurso para a reflexão” (NICOLAZZI, 2010, p. 250). Nicolazzi, inclusive, considera essa uma das principais contribuições que Hartog traz à construção do conhecimento historiográfico. Em outras palavras, o esforço de Hartog, para Nicolazzi, reside talvez menos em explicar a complexa situação atual e contemporânea, mas “na tarefa de oferecer instrumentos conceituais para se pensar e se escrever tanto *sobre o* quanto *no* presente” (NICOLAZZI, 2010, p. 231).

Dessa forma, considerando a maneira pela qual Hartog se dedica à prática historiográfica, ou melhor, considerando-se que o procedimento adotado pelo historiador francês envolve a reflexão sobre a História fazendo-se a História, surge o questionamento, bem apresentado por Fernando Nicolazzi, “sobre como escrever a respeito do tempo, quais categorias utilizar, quais os termos mais propícios ao entendimento?” (NICOLAZZI, 2010, p. 249). É daí que, de acordo com Nicolazzi, surge a formulação da noção de regimes de historicidade para Hartog.

Nesse sentido, por se tratar, nas palavras de Hartog, de uma “simples ferramenta”, o regime de historicidade não se propõe a dizer sobre a história do mundo passado nem do futuro, “tampouco serve para denunciar o tempo presente” (HARTOG, 2015, p. 37). Antes, a noção de regimes de historicidades abre portas para o questionamento a respeito das relações das sociedades (e até mesmo dos indivíduos) com o tempo. Hartog argumenta que esse tipo de questionamento, que envolve as nossas relações com o tempo é, a rigor, um questionamento historiador, por lidar com uma variedade de tempos, “instaurando um vaivém entre o presente e o passado, ou melhor, passados, eventualmente bem distanciados, tanto no tempo quanto no espaço”

(HARTOG, 2015, p. 37). Assim, com uma nova proposta de síntese, que abarca os pontos levantados acima, Hartog propõe que

Partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro. (HARTOG, 2015, p. 37)

A utilidade destacada por Hartog cabe analisar, a seguir, o uso que faz da noção para interpretar os momentos de crise do tempo que marcaram as mudanças nas experiências de tempo em diferentes momentos da história. Tomando emprestado, como já mencionado, as categorias desenvolvidas por Koselleck e a ideia de que o tempo histórico se dá a partir da tensão entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”, “o regime de historicidade propõem-se a esclarecer” (HARTOG, 2015, p. 39) justamente essa tensão. De forma resumida, a análise do antropólogo Gérard Lenclud mostra-se bastante elucidativa ao falar desses momentos e da análise empreendida por Hartog em *Regimes de historicidades*, de maneira que vale ser aqui retomada, como um expediente de introdução ao desvendar das crises do tempo:

Regimes de historicidade pode ser lida como uma obra dedicada a duas crises do tempo, tratadas diferentemente por escolha e por obrigação. A primeira (...) é aquela que viu emergir sobre as ruínas da venerável *História magistra* uma nova representação do futuro histórico. O passado transferiu ao futuro a missão de esclarecer o presente; de maneira geral, o curso do tempo passa a ser decifrado a partir do futuro. A segunda crise do tempo, mais amplamente tratada na obra, se desenvolve, segundo F. Hartog, sob nossos olhos. (...) O presente estaria à beira de estabelecer sua posição dominante sobre uma nova ordem do tempo, se anexando ao passado e ao futuro.”(Tradução nossa)²⁰ (LENCLUD, 2006, p. 1077)

O antigo regime de historicidade é o primeiro que Hartog destaca na sua obra. Na primeira parte do livro, inclusive, o historiador francês desenvolve três capítulos para apresentar como era entendido e experimentado o tempo nesse primeiro regime e, ainda, como, em um ambiente de crise e de aceleração do tempo ele foi substituído por um novo regime, não sem haver continuidades. Em outras palavras, destacando o momento de ruptura, mas ciente do “vaivém” das experiências.

²⁰ “*Régimes d'historicité* peut se lire comme un ouvrage consacré à deux crises du temps, différemment traitées par choix mais aussi par force. La première (...) c'est celle qui voit émerger sur les ruines de la vénérable *Historia magistra* une nouvelle représentation du devenir historique. Le passé a transféré à l'avenir la mission d'éclairer le présent; plus généralement, le cours du temps se laisse déchiffrer à partir du futur. La seconde crise du temps, plus longuement évoquée dans l'ouvrage, se déroulerait, selon F. Hartog, sous nos yeux. (...) Le présent serait sur le point d'asseoir sa domination sur un nouvel ordre du temps, s'annexant le passé comme le futur.

Esse primeiro regime se destaca por haver um domínio do passado em relação ao presente, de forma que, como diz Hartog, o antigo regime de historicidade “era precisamente o tempo em que o passado esclarecia o futuro” (HARTOG, 2015, p. 129). Do ponto de vista da escrita da história, Hartog ainda ressalta que, dada a prevalência do passado em relação ao presente e ao futuro, pode-se entender, nesse momento, entendia-se a “história como mestra da vida” (HARTOG, 2003, p. 12).

A *historia magistra*, como também nomeia Hartog o antigo regime de historicidade, teria sido o mais duradouro dos regimes. Um dos motivos para ter durado tanto tempo é o fato de ela se alinhar de maneira bastante singular à ideia cristã de tempo. No segundo capítulo de *Regimes de Historicidade*, Hartog lembra, a partir das perspectivas de tempo de Santo Agostinho, que o cristianismo operou uma quebra do tempo em dois: o primeiro deles seria a encarnação de Jesus Cristo, seu nascimento, morte e ressurreição; e o segundo, que concluiria a profecia cristã, o retorno de Cristo e o Juízo Final. O que se encontra no meio, portanto, o presente “é um tempo de expectativa: um presente habitado pela esperança do fim” (HARTOG, 2015, p. 90). Nesse sentido, a ordem cristã do tempo se enquadra em um *já* – Cristo já encarnou, morreu, ressuscitou e ascendeu aos céus – e um *ainda não* – aguarda-se ansiosamente pelo retorno e julgamento dos fiéis. Nessa balança, nada equilibrada, “o *já* pesa mais” (HARTOG, 2015, p. 90), de acordo com Hartog:

Essa inflexão da ordem cristã do tempo em direção ao *já*, a um passado em verdade continuamente reativado pelo ritual, permite à Igreja, em todo caso, recuperar, retomar, habitar os modelos antigos (...) da *historia magistra*, e de fazê-lo funcionar em seu proveito. (HARTOG, 2015, p. 92)

Segundo Hartog, a dissolução do antigo regime de historicidade, ou da *historia magistra* “ocorreu apenas na segunda metade do século XVIII” (HARTOG, 2003, p. 14) e teria como um dos eventos-chave para o surgimento do regime moderno de historicidade a Revolução Francesa. Com semelhante importância para o surgimento de uma nova ordem do tempo, pode-se considerar a formação de uma nova significação ao conceito de História²¹, que deixa de ser empregado no plural, para designar um coletivo singular, ou seja, deixa de utilizar o passado como um exemplo para o futuro.

Hartog dedica um dos capítulos do livro *Regimes de historicidade* para analisar o testemunho de um personagem considerado central no diagnóstico dessa

²¹ Ver capítulo 2 desta dissertação.

crise da ordem do tempo que originou um novo regime de historicidade: Chateaubriand. De acordo com Hartog, foi ele que compreendeu “melhor do que muitos dos seus contemporâneos, a nova ordem do tempo dos Modernos, visto que soube fazer dessa experiência da ruptura dos tempos (...) a própria razão de sua escrita” (HARTOG, 2015, p. 93). Além disso, Hartog destaca que a obra de Chateaubriand pode ser entendida como uma reflexão a respeito do tempo, não unicamente a mudança do tempo, “mas também a experiência bem perturbadora de sua aceleração” (HARTOG, 2003, p. 21). Para Hartog, Chateaubriand foi capaz de narrar e de escrever sobre as percepções que mais atingiram seus contemporâneos, qual seja a sensação de aceleração do tempo. O presente passou a ser “inapreensível, o futuro, imprevisível e o passado, ele próprio, torna-se incompreensível” (HARTOG, 2015, p. 112).

Já se percebe, assim, uma alteração no grau de importância atribuído ao presente nesse instante. No entanto, por mais que haja essa mudança, não é ele o protagonista no regime moderno de historicidade, mas sim o futuro. Para esse novo regime, “a palavra-chave é progresso” (HARTOG, 2003, p. 11). Trata-se, assim, de um novo regime, mas que não rompe com a lógica e a estrutura do antigo regime de historicidade, uma vez que “ele permanece fiel (...) ao esquema da *historia magistra*, mas invertendo-o, já que agora a luz não vem mais do passado, mas do futuro” (HARTOG, 2015, p. 131-132). Com o surgimento do regime moderno de historicidade, o passado já não serve mais como exemplo para o presente. Em suma, Hartog destaca que “o passado é, por princípio ou por posição, ultrapassado” (HARTOG, 2015, p. 137) no regime moderno de historicidade.

Com isso, o surgimento de uma nova ordem do tempo é o que dá a guinada na obra *Regimes de historicidade*, momento em que Hartog lança-se a uma segunda parte do livro, na qual ele buscará entender os elementos que compõem a crise desse novo regime de historicidade, bem como propor a hipótese do surgimento de (será?) um novo regime do tempo, um regime não mais voltado para a experiência e nem que busque no futuro a pauta para as ações do presente. A seguir, serão elencados os elementos e a hipótese de François Hartog que teriam dado ensejo a um terceiro regime de historicidade, ao qual o historiador francês dá o nome de presentismo.

4.3 Presentismo

Como já mencionado acima, a ideia do presentismo na obra *Regimes de historicidade* surge como uma hipótese de François Hartog para tentar interpretar e compreender a crise do regime moderno de historicidade que, de certa forma, já não mais servia como parâmetro para os estudos em ciências sociais ou, como Tocqueville relata a respeito da mudança do antigo regime de historicidade para o moderno, já se faz necessário uma “ciência política nova” para entender o mundo (HARTOG, 2015, p. 129).

Nesse sentido, inicialmente, cabe destacar que o próprio nome desse novo regime surge de um neologismo criado pelo historiador francês que faz referência à principal característica do regime moderno de historicidade, período em que o futuro comandava, ou seja, ao futurismo. Denominada de presentismo, a hipótese partia da constatação de que as três esferas do tempo – passado, presente e futuro – passavam por uma articulação diferenciada, específica, diferente das articulações que haviam nos presentes do passado:

Em outras palavras, será um modo inédito de experiência do tempo e o delineamento de um novo regime de historicidade, sobretudo para um mundo ocidental, que, durante dois séculos, caminhou e fez os outros caminharem para o futuro? (HARTOG, 2015, p. 14)

Hartog não tem a resposta para esses questionamentos, mas entende que, talvez, o presentismo seja um caminho para chegar a alguns esclarecimentos ou, no mínimo, advertir a respeito das “consequências de um presente onipresente” (HARTOG, 2015, p. 15).

Apesar de entender que a mudança entre regimes de historicidade não são unívocas e “comportam períodos de sobreposição” (HARTOG, 2015, p. 140), Hartog indica um período em que, hipoteticamente, vale-se ressaltar mais uma vez, estaria compreendido o regime moderno de historicidade: entre 1789 e 1989. Assim, para fins de elaboração da noção de presentismo, Hartog sugere que foi ao longo desses dois séculos, desses duzentos anos que o futuro (e o progresso) dominavam o presente das sociedades ocidentais. Teria sido entre a Revolução Francesa e a queda do Muro de Berlim que o futurismo teria prevalecido em detrimento de outras ordens do tempo.

Antes de mais nada, no entanto, deve-se esclarecer que não se deve pensar a saída de um regime de historicidade para outro como um fenômeno de ruptura abrupta

e de transformações de todas as estruturas até então vigentes. Isso não se aplica a nenhuma análise responsável da realidade social, aliás. Hartog, ciente disso, chega a ressaltar que, independente de sua hipótese do presentismo ser bem aceita ou questionada, ela “não implica absolutamente que o regime moderno não tenha passado por um questionamento antes de 1989, que não tenha havido outras crises da ordem do tempo” (HARTOG, 2015, p. 139). Retomando, de certa maneira, o que foi abordado no tópico acima, ao falar em regimes de historicidade, Hartog não está se referindo a uma entidade metafísica ou que tenha uma aplicação universal, de maneira que “contestado logo que instaurado, e mesmo nunca completamente instaurado (exceto ao melhor dos mundos), um regime de historicidade instaura-se lentamente e dura muito tempo” (HARTOG, 2015, p. 139).

E o durar muito tempo do regime de historicidade de Hartog pondera teria dois significados. Primeiramente, ele é longo e tende a perdurar ao longo do tempo, pois maneiras de se relacionar e de articular as experiências de tempo não tendem a ser efêmeras. Em segundo lugar, dura muito tempo para se instaurar, enfrentando tradições, costumes e experiências que resistem e que não estão prontas a esfarelar. A respeito disso, Hartog traz, em mais de uma oportunidade na obra, a ideia de “brecha do tempo”, aproveitada dos estudos de Hannah Arendt. Esses momentos de cortes ou brechas do tempo seriam caracterizados por intervalos de tempo totalmente determinados por aquilo que não é mais e, também, por aquilo que ainda não é; “brechas, pois há uma pausa e esse tempo parece desorientado” (HARTOG, 2015, p. 139). É possível supor, dessa forma, que é a partir do diagnóstico de uma brecha no tempo que se pode compreender o surgimento de um novo regime de historicidade, de uma nova ordem do tempo. Foi essa brecha que constatou Hartog ao longo do século XX, culminando na queda do muro de Berlim, inaugurando circunstâncias que o historiador francês destacou como determinantes para o desenhar de um novo regime.

Ao longo da análise que resultou nesse diagnóstico do presentismo, Hartog reconhece que o século XX foi capaz de aliar o futurismo ao presentismo, senão que “em primeiro lugar, ele foi mais futurista do que presentista”, mas “terminou mais presentista do que futurista” (HARTOG, 2015, p. 140). A forte presença do futurismo no início do século XX demonstra que, até aquele momento, ainda havia sim uma predominância do regime moderno de historicidade, pensado no progresso e com um amplo horizonte de expectativa. Os movimentos artísticos no início do século passado

são um indício dessa crença no progresso. Tal sentimento chega inclusive no Brasil, culminando, em 1922, com a realização da Semana de Arte Moderna.

As duas Grandes Guerras e as crises que as envolveram apontam para uma significativa diminuição da crença em um progresso. Elas serviram em muito para abalar o futurismo. No entanto, em mais um exemplo de como os regimes resistem, Hartog reconhece que mesmo enfraquecido, o regime moderno de historicidade ainda tenta se impor, retomando *slogans* e relançando hinos ao progresso. Mas parecia inevitável, como aponta Hartog:

Pouco a pouco, contudo, o futuro começava a ceder terreno ao presente, que ia exigir cada vez mais lugar, até dar a impressão recente de ocupá-lo por inteiro. Entrávamos então em um tempo de supremacia do ponto de vista do presente: aquele do presentismo, exatamente. (HARTOG, 2015, p. 142).

Tomando emprestada uma das categorias trabalhadas por Koselleck, a ascensão do presentismo faz com que o presente se torne o horizonte e todo o resto se torne espaço de experiência. O passado, por conceito, já se enquadra na noção de espaço de experiência. O futuro, no regime de historicidade presentista, não existe, ele é passado. O próprio presente torna-se passado, dada a aceleração à qual a experiência do tempo se expõe. O único horizonte é o presente. Nas palavras de Hartog, “sem futuro e sem passado, ele [o presente] produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato” (HARTOG, 2015, p. 148). Dessa maneira, tamanha a ruptura existente entre as categorias propostas por Koselleck, causada pelo presentismo, ele próprio “se mostra incapaz de preencher” (HARTOG, 2015, p. 156) a lacuna ente espaço de experiência e horizonte de expectativa.

Hartog sustenta que é fácil elencar um sem número de indícios dessa nova maneira de se experienciar o tempo. O escamoteamento da morte, a recusa do envelhecimento, a valorização crescente da juventude, bem como uma quantidade significativa de tecnologias que suprimem o tempo, promovendo, universalmente, um tempo que se diz e se quer “real”:

Qualquer um poderia facilmente completar o catálogo dos comportamentos cotidianos que demonstram uma obsessão pelo tempo: controlá-lo cada vez mais e melhor ou, do mesmo modo, suprimi-lo. Até à guerra em tempo real. Aliás, não se ouve que uma pessoa que se respeite não deve ter nem tempo para, nem mesmo tempo! E um executivo sobrecarregado é alguém com déficit crônico de tempo. Esses comportamentos traduzem uma experiência amplamente compartilhada do presente e são um dos seus componentes, delineando assim um dos regimes de temporalidade do presente. (HARTOG, 2015, p. 149)

O presente onipresente, que “reina aparentemente absoluto” (HARTOG, 2015, p. 156), dilatado e constante demonstra-se, por vezes, segundo Hartog, inquieto. Inquieto porque lhe falta identidade, lhe falta raízes. Com isso, percebe-se que o presentismo, ainda que, em um primeiro momento, possa parecer paradoxal, preocupa-se com memória. É nesse ponto que Hartog problematiza as contribuições de Pierre Nora e sua obra *Lieux de mémoire*, de 1986, na qual o autor analisa que as memórias coletivas devem ser tidas como fundamentais para uma história que se entende contemporânea.

Nora sustenta que a memória, assim como o tempo, passa por um processo de aceleração, de multiplicação, o que torna a sua unificação uma tarefa impossível de ser realizada. Segundo Hartog, o estatuto da “sociedade-memória” é posto de lado em razão da massificação, da midiaticização e da globalização, “a tal ponto que só se fala tanto de memória porque ela não existe mais” (HARTOG, 2015, p. 162). Esse aparente paradoxo indica para a existência de dois “momentos” da memória: primeiramente, haveria uma memória do tipo antiga, eternamente reconduzindo a herança; e, em segundo lugar, a nossa memória, atual, inserida no regime presentista.

Exatamente por estar inserida nesse regime presentista é que essa nossa memória preocupa-se, segundo Hartog, “em fazer memória de tudo”, contribuindo para uma “historicização do presente” (HARTOG, 2015, p. 162). Um dos indícios dessa historicização, aponta Hartog, é a “produção em massa de arquivos” (HARTOG, 2015, p. 152) e o surgimento de diversas leis de definições de arquivos e de estabelecimento de acervos. Apesar de Hartog apresentar exemplos de regulamentações de arquivos na França nesse período de brecha do tempo de mudança de regime de historicidade, ou seja, entre as décadas de 1970 e 1980, pode-se apresentar exemplos semelhantes na realidade brasileira, quando, em 1978, é promulgada a Lei nº 6.546, regulamentada pelo Decreto nº 82.590, do mesmo ano, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. Outro exemplo, ainda na realidade brasileira, é a da Lei nº 8.159, de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

Mais recentemente, ainda no contexto brasileiro, encontramos a Lei nº 12.527, de 2011, que regulamenta o acesso a informação, conhecida como Lei de Acesso a Informação (LAI). Analisá-la à luz da hipótese do presentismo é bastante

elucidativo. Pautando-se na necessidade de regulamentar um princípio constitucional de acesso a informação, considerado um direito fundamental na Constituição Federal do Brasil, a LAI preceitua, em seu artigo quinto, que “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (BRASIL, LAI, 2011). Não colocando em questão o mérito (e até mesmo a legalidade) da disponibilidade de acesso de informações públicas aos cidadãos, o acesso imediato a dados como o salário de servidores públicos, mês a mês, ou a tramitação de todos os procedimentos administrativos que não sejam configurados como sigilosos ou restritos é uma das características desse presente inquieto, iminente, desse acesso imediato, dessa memória constante, enfim, da historicização do momento.

A inquietude que marca o presentismo impõem questionamentos a respeito do papel da História profissional frente a essa realidade. Hartog pontua, então algo fundamental para o ofício do historiador e a natureza do seu pensamento e do seu métier. É que, por mais que o antigo regime de historicidade, o *historia magistra* já tivesse sido superado (de acordo com Hartog, inclusive, desde 1789), ainda se tinha na prática historiográfica de então, início do século XX, a noção de que o passado trazia lições para o presente. É possível perceber, nesse sentido, que a Escola dos Annales surge exatamente nesse debate de brechas do tempo (talvez de maneira bastante atrasada no campo de conhecimento da História). É, portanto, nesse contexto intelectual que Lucien Febvre e Marc Bloch tentaram impor suas ideias de criação de novos problemas e novas orientações de visão do historiador, partindo do presente para o passado. A partir das contribuições dos Annales, que se enquadram, de certa forma, nessa brecha do tempo que inaugura o presentismo, “na história e para os historiadores, é o presente que fala ao passado, e não o contrário” (NICOLAZZI, 2010, p. 236). Inverte-se, assim, a rotina do tempo natural. A respeito desse debate institucional, Hartog relata:

A história profissional teria então de começar por demonstrar que o passado não era sinônimo de morte e que não queria sufocar a vida. Precisou propor um modo de relação entre o passado e o presente, tal que o passado não pretendesse dar lições ao presente, sem que fosse tachado por isso de inanidade de princípio. (HARTOG, 2015, p. 144-145)

Nesse sentido, Hartog argumenta, enfim, que uma das tarefas do historiador que é “explicar ‘o mundo ao mundo’, responder as questões do homem de hoje”

(HARTOG, 2015, p. 21). Trata-se, assim, dessa noção, trazida ainda pelos Annales, de colocar o presente como ponto de partida para os questionamentos do historiador. É obedecendo a essa perspectiva que François Hartog propõe a sua hipótese a respeito do presentismo, ou seja, de um novo regime de historicidade, entendendo que, desde 1989, evidenciado pela onda memorial e pela busca incessante por historicizar o presente, foi possível verificar a busca por novas relações com o tempo, “exatamente como dois séculos mais cedo, quando se desagregava a antiga ordem do tempo e o regime de historicidade que lhe era ligado” (HARTOG, 2015, p. 188), referindo-se ao surgimento do regime moderno de historicidade, inaugurado pela Revolução Francesa de 1789. Como maneira de resumir o acima exposto e a análise proposta por Hartog, de grande contribuição para o estudo da Comunicação na atualidade – influências que tentaremos apresentar a seguir –, destacamos o trecho abaixo da obra do historiador francês:

É conveniente então falar de fim ou de saída dos tempos modernos, isto é, dessa estrutura temporal particular ou do regime moderno de historicidade? Ainda não sabemos. De crise, certamente. É esse momento e essa experiência contemporânea do tempo que designo presentismo. (HARTOG, 2015, p. 40)

4.4 Diálogos com a Comunicação

A fim de dar início ao diálogo de como a noção de presentismo, bem como dos demais regimes de historicidades apontados por François Hartog, pode ser utilizada, empregada ou resignificada no contexto dos estudos de Comunicação, entende-se por bem retomar algumas ideias de outro historiador, também francês, e citado por Hartog ao longo da sua análise a respeito da crise do tempo que daria início ao presentismo.

Trazendo novamente à tona a crítica ao pensamento positivista (a mesma já aventada desde os primeiros Annales) de que a história nasceria somente no momento em que o fato já aconteceu, ou seja, em que o fato está finalizado, limitando o campo de atuação e de investigação da história unicamente ao passado, Pierre Nora propõe que o historiador se preocupe em valorizar o tempo presente, o acontecimento recente, fazendo “conscientemente surgir o passado no presente, em vez de fazer inconscientemente surgir o presente no passado” (NORA, 1995, p. 191), como seria a

prática dos positivistas. A esse respeito, afirma que, em nenhum outro momento além do nosso, o presente foi possuidor de um “sentido histórico” (NORA, 1995, p. 180).

É importante ressaltar aqui que Hartog não ignora o fator da mídia na crise do tempo que marca o presentismo. Pelo contrário, ele a associa à consolidação da sociedade de consumo e as inovações tecnológicas que a caracterizam, o historiador francês afirma que a mídia teve um extraordinário desenvolvimento de aceleração e de inovação, a ponto de tornar isso a sua própria razão de ser. Para Hartog, “na corrida cada vez mais acelerada para o *ao vivo*, ela produz, consome, recicla cada vez mais palavras e imagens e comprime o tempo: um assunto, ou seja, um minuto e meio para trinta anos de história” (HARTOG, 2015, p. 148).

Retomando as ideias de Nora, e associando à perspectiva de Hartog a respeito do papel da mídia no surgimento do presentismo, o presente passa a ser possuidor de um sentido histórico muito em razão da presença das tecnologias de comunicação, uma vez que, nas nossas sociedades contemporâneas, segundo Nora, é por intermédio dos meios de comunicação que “o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar” (NORA, 1995, p. 181). Nesse sentido, de acordo com o autor, a imprensa e o rádio, por exemplo, agem não somente como meios dos quais os acontecimentos seriam independentes, mas passam a ser a condição para a sua existência.

É desses pontos que surge a necessidade de se pensar a noção de presentismo na Comunicação, ancorando o debate nas contribuições dos mencionados historiadores franceses, buscando-se entender, em suma, o papel dos meios e das tecnologias de comunicação nesse processo e também da própria noção de acontecimento. Para tanto, ressalta-se aqui que não se ignora que as crises do tempo, ou as brechas do tempo, que indicam esses momentos de transição e de novas maneiras de se verificar as experiências do tempo, como aponta Hartog, não são um fenômeno exclusivo do contexto de digitalização dos meios, tendo as sociedades experimentado diferentes relações com o tempo em outras circunstâncias, como bem apontou tanto Koselleck com suas categorias históricas quanto o próprio Hartog, ao analisar as crises de tempo. Além disso, como bem nos mostra Harold Innis, as crises do tempo perpassam a relação dos indivíduos, das sociedades, dos Impérios com a tecnologia em diferentes situações no passado.

Nesse sentido, partindo das contribuições acima elencadas por Hartog e levantadas as ponderações de Nora, é possível analisar o artigo de Marialva Carlos Barbosa, para quem a experiência do tempo na contemporaneidade coloca em destaque o ininterrupto. As fronteiras entre o presente o futuro são diluídas, uma vez que a nossa experiência de tempo por meio das tecnologias existentes não apresentam uma duração precisa. Nesse mesmo sentido, fortemente influenciada por Hartog, para Barbosa (2017), a relação entre presente e passado também é alterada, indicando que “o sentido de tempo hoje é marcado por um presente onipotente fazendo do presentismo valor inquestionável” (BARBOSA, 2017, p. 21).

De acordo com Barbosa (2017), então, esse presentismo é reflexo da nossa relação com os meios de comunicação e é marcado, principalmente, pelo fluxo massivo e contínuo de informações, imputando aos indivíduos a lógica do tempo ininterrupto. Trata-se, para a autora, de um fluxo temporal que não permite pausas para reflexão, uma vez que, em razão da profusa difusão de imagens e de informações que apresentam as tecnologias digitais, o tempo midiático é marcado pela aceleração.

O ritmo das narrativas midiáticas é dominado pela lógica aceleradora do tempo, marca singular do mundo contemporâneo. Aceleração visível na multiplicação simultânea dos usos dos artefatos digitais de comunicação na ação de produzir uma programação em fatias de imagens aceleradas, na divisão do olhar entre telas concomitantes no nosso cotidiano como espectador. (BARBOSA, 2017, p. 23)

Em perspectiva semelhante a respeito da noção de presentismo aplicada à Comunicação tal como a apresentada por Barbosa (2017), em artigo conjunto, os autores Ana Paula Goulart, Bruno Souza Leal e Itania Gomes argumentam que o contexto mediático atual é caracterizado por uma crise que se pauta na falta de uma ideia clara a respeito da inteligibilidade do regime de experiência temporal. Na visão dos autores, ao passo que, em outros tempos, este regime alicerçava-se na compreensão de um passado que seria capaz de iluminar o futuro (ou seja, o antigo regime de historicidade, *historia magistra*), teríamos, hoje, “um regime de apologia do instante, no qual a mídia joga um papel importante ao produzir permanentemente certo tipo de equivalência entre tempo presente e atualidade.” (GOULART, LEAL & GOMES, 2017, p. 37).

Sustentando que “novas tecnologias como os satélites de telecomunicação, o celular, a internet, trouxeram não apenas uma aceleração da vida social” (MATEUS,

2013, p. 171), mas também da própria relação existente entre temporalidade e Comunicação, Samuel Mateus indaga-se qual a relação possível de ser estabelecida entre temporalidade e Comunicação e, ainda, de que forma os meios contribuem para esta configuração do tempo? Tratam-se de questionamentos que vão ao encontro da proposta na presente dissertação.

Como uma maneira de tentar elucidar essas indagações, Mateus indica caminhos para a reflexão. Segundo o autor, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação a partir do final do século XIX e início do século XX facilitaram o surgimento de novos mapas sociais de experiência do tempo. O autor ressalta que diversas características marcam essa nova configuração de relação com o tempo. No entanto, destaca três que se mostram fundamentais para a compreensão dessa relação e que, em muitos sentidos, se assemelham à hipótese do presentismo proposta por Hartog.

Primeiramente, ele destaca a instantaneidade, que se refere, de acordo com Mateus, ao encurtamento de tempo entre um acontecimento, sua transmissão e a recepção por parte da audiência. Nesse ponto, o autor destaca o papel da internet nesse processo, sugerindo que o surgimento do telégrafo talvez tenha sido uma das primeiras tecnologias comunicacionais a reduzir o espaço ao tempo, tendo o telefone seguido essa orientação. Todavia, foi a internet que tornou “praticamente qualquer ato comunicacional súbito e imediato como confirmamos nas notícias online hora-a-hora, ou nas conferências de Skype” (MATEUS, 2013, 176).

A segunda característica destacada por Samuel Mateus é a interatividade por meio da qual o indivíduo é capaz de agir ou, ainda, de influenciar a forma e também o conteúdo que compõem determinado processo comunicacional. De acordo com o autor, a relevância da interatividade reside no fato de ela contribuir para a definição de um “horizonte temporal das sociedades ao fazer da comunicação um ato cada vez mais concentrado no momento e onde o sincronismo da interação é fundamental” (MATEUS, 2013, p. 176).

Por fim, o autor destaca ainda a memória. A capacidade de acúmulo de informações, bem como a possibilidade de transformar determinadas utilidades de sites e aplicativos em verdadeiros repositórios de textos, fotografias, músicas, áudios e vídeos de tudo o que já foi produzido pelos indivíduos ou que tenha ganhado seu interesse é uma das características dessa relação contemporânea entre os meios e as

experiências sociais do tempo. Segundo Mateus, a internet funciona, na prática como um “mega-arquivo do mundo” (MATEUS, 2013, 176).

Essa ligação estabelecida com a memória é uma das aproximações possíveis de serem feitas entre o texto de Samuel Mateus e François Hartog. A respeito disso, e em sintonia com os aspectos da onda memorial e arquivística suscitada por Hartog, Mateus defende que, de certa maneira, as novas tecnologias da comunicação geraram uma refundação da temporalidade, baseada não em um esquecimento do passado, mas exatamente no oposto a isso: arquitetando-se uma memória completa, instantânea.

Segundo Mateus, portanto, uma das tarefas a que deve se empenhar o pesquisador e, em especial, o pesquisador de Comunicação é a análise das implicações desse presente imediato e inquieto. Analisar, portanto, o que ele chama de “presentismo comunicacional” que marcam a “nova ecologia midiática” (MATEUS, 2013, p. 177). A esse respeito, também podemos associar essa problemática com Hartog, que afirma que “a economia midiática do presente não cessa de produzir e de utilizar o acontecimento”, já que na hipótese do presentismo, “o presente, no momento mesmo em que se faz, deseja olhar-se como já histórico, como já passado” (HARTOG, 2015, p. 149-150). Assim,

Para estar seguro de ser o primeiro na informação, não há, por fim, nada melhor do que anunciar como ocorrido o que ainda não teve lugar. É uma resposta midiaticizada e midiática à antiga questão provocadora formulada por Kant: “Como a história é possível *a priori*? Resposta: quando aquele que faz prognósticos realiza e organiza ele próprio os acontecimentos que anunciou antecipadamente” (HARTOG, 2015, p. 150)

O novo ambiente de mídia apontado aqui tanto por Mateus como por Hartog nos parece ser uma das entradas para se entender o diálogo possível de ser estabelecido entre a noção de presentismo e a compreensão a respeito do regime temporal dos meios na sociedade. Dessa forma, passa a ser importante analisar o que se encontra na base do contexto mediático em que nos encontramos: o da convergência mediática. Conforme Vinícius Andrade Pereira (2013), vivemos em um cenário de desenvolvimento de tecnologias, amparado pela cultura digital, que tem causado significativo impacto nos processos comunicacionais, promovendo a proliferação de variados meios. A combinação de diferentes funções dentro de um mesmo aparelho ou suporte é o que caracteriza esse novo arranjo. Há, por assim dizer, uma troca, ou melhor, um empréstimo das funções que previamente encontravam-se restritas a apenas um meio e, com a convergência, democratiza-se, permitindo um

fluxo de conteúdos entre várias plataformas e reorganizando a indústria mediática. Trata-se, dessa forma, de um período de transição, de adaptação e de permanente transformação dos meios, da produção de conteúdos e, como afirma Henry Jenkins (2009), de seu consumo:

A convergência está ocorrendo dentro dos mesmos aparelhos, dentro das mesmas franquias, dentro das mesmas empresas, dentro do cérebro do consumidor e dentro dos mesmos grupos de fãs. A convergência envolve uma transformação tanto na forma de produzir quanto na forma de consumir os meios de comunicação. (JENKINS, 2009, p. 44)

De acordo com Paul Virilio (1996), esse arranjo cria uma nova configuração de meios, de espaços e de temporalidades, gerando uma nova forma de realidade, desprovida de limites, na qual ondas eletromagnéticas ofuscam a nossa visão, apresentando novas maneiras de se relacionar com os meios de comunicação, criando uma incessante necessidade de libertação. Virílio indica que a necessidade de libertação do tempo e do espaço acaba por gerar um estado próximo da privação sensorial. Para o autor, “os atuais progressos em matéria de transportes e transmissões serviram apenas para exasperar essa patologia imperceptível do deslocamento que não é mais do aqui até o lá, mas do até o estar lá e não estar mais lá” (VIRÍLIO, 1996, p. 78-79).

Questionar-se, portanto, de que forma esse deslocamento espaço-temporal afetam os indivíduos é o que Virílio (2000) procurou fazer, de maneira inclusive apocalíptica, no livro *A velocidade de libertação*:

Se a perda das lonjuras inacessíveis é acompanhada por uma proximidade mediática que tudo deve à velocidade da luz, muito em breve devemos também acostumar-nos aos efeitos das distorções das aparências provocadas pela perspectiva do tempo real das telecomunicações, perspectiva onde a antiga linha de horizonte se encolhe no quadro do ecrã, suplantando a electro-óptica a óptica dos nossos óculos. (VIRÍLIO, 2000, p. 23)

Para Virílio (2000), tão importante quanto se questionar a respeito da liberdade de expressão e o papel político dos meios na nossa sociedade, “parece desejável que nos interroguemos também sobre a liberdade de percepção dos indivíduos” (VIRÍLIO, 2000, p. 130) e a maneira como a industrialização da visão e audição são constantemente ameaçadas pelo que o autor chama de patologia da percepção imediata, caracterizada por uma adulteração da forma de ver do indivíduo, causada pelo excesso de aceleração das representações.

Se outrora o espetáculo do mundo se limitava, se assim se pode dizer, ao ritmo das estações, à alternância dos dias e das noites no horizonte em

mudança das paisagens, doravante o domínio das tecnologias de transporte e das transmissões rápidas leva a uma mobilização constante do nosso campo de percepção, e isto não apenas nos artifícios das metrópoles, mas também na extensão dos vastos territórios percorridos graças ao aperfeiçoamento dos aparelhos terrestres ou aéreos. (VIRÍLIO), 2000, p. 131)

A libertação que este novo arranjo tanto tenta impor como necessidade aos indivíduos tende a gerar uma falsa sensação de liberdade. Essa, aliás, é uma questão muito cara ao filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2015), para quem vivemos, atualmente, em um contexto de crise da liberdade. Na visão desse autor, ferrenho crítico do modelo econômico do neoliberalismo, não está claro para os sujeitos a que (ou a quem), dentro desse contexto neoliberal, eles estão submetidos, de forma que eles se entendem um projeto-livre de indivíduo. Esse processo é acompanhado de um forte sentimento de liberdade/autonomia. Essa ideia de poder-fazer o que o sujeito achar pertinente que o modelo neoliberal procura impor implica em uma falsa sensação de liberdade e uma falsa percepção de que o sujeito está livre de coações. Para o autor, assim, “à libertação segue-se (...) uma nova submissão” (HAN, 2015, p. 11).

O desenho dessa sociedade que Han pinta recebe o nome de *sociedade da transparência*, título de uma obra do autor também. Neste livro, Han (2014) apresenta a tese de que a sociedade atual vem passando por uma transformação que a encaminhou para a supremacia – ou ditadura – da transparência, da positividade. O oposto a tal percepção seria a ideia da negatividade, há muito perdida em uma sociedade do igual, que se pretende vigilante de todos e controla os comportamentos, as percepções e tira o espaço e a oportunidade do contemplar, do duvidar, do questionar. A partir dessas perspectivas, do feroz neoliberalismo, da crise da liberdade e da sociedade transparente e positiva, Han (2014) não deixa de pontuar que, no centro deste processo, encontra-se a comunicação, que é, de acordo com o autor, causa e efeito nas novas relações forjadas por esse modelo neoliberal. A comunicação, sabe-se, também está a serviço de um conjunto capitalista de adequação dos indivíduos a uma lógica para o consumo, nivelando-os todos, de acordo com o autor, como membros de uma mesma massa, de um mesmo grupo, que se preocupa e é voltado à apresentação de resultados, orientados para a produtividade e para a aceleração em diferentes níveis. Para ele, então, “a sociedade da transparência segue exatamente a lógica da sociedade do rendimento” (HAN, 2014, p. 71). Esse, aliás, é

um ponto também destacado por Hartog, que indica que “o tempo é, há muito, uma mercadoria” e que “o consumo atual valoriza o efêmero” (HARTOG, 2015, p. 148), exercendo a mídia um papel de destaque nesse contexto.

Antes de Han, no entanto, Virílio (1996) já apontava para o avanço dos tentáculos do novo complexo informacional, alcançando o íntimo do sujeito. Para este autor, após a superestrutura e a infraestrutura, surge a intraestrutura, “já que a recente miniaturização nano-tecnológica favorece agora a intrusão fisiológica, ou mesmo a inseminação do ser vivo pelas biotecnologias” (VIRÍLIO, 1996, p. 91). Nessas linhas, de acordo com Virílio (1996), os avanços tecnológicos – ou o “advento do motor” – criaram uma nova percepção do tempo, uma nova maneira de se envolver com a temporalidade: o tempo em excesso. Esse tempo em excesso e acelerado, para o autor, diminui o movimento dos indivíduos a uma quantidade mínima, gerando uma “certa ociosidade que ao relativizar nossas ações relativiza também nossos pensamentos” (VIRÍLIO, 1996, p. 92).

Essa nova configuração do tempo, de um tempo em excesso, trouxe uma nova experiência de temporalidade e uma nova relação com os acontecimentos. É o que Paul Virílio (1996) sustenta, acreditando na existência de um tempo real, que é, a seu ver, inabitável por não pertencer nem ao passado, e nem ao futuro. Este tempo é configurado pela técnica, pela velocidade, pela luz. O efeito acelerador do tempo, o excesso de acontecimentos e de informações geram, de acordo com Virílio, um permanente efeito de encolhimento:

Uma vez que não fazemos nada mais do que pensar as dimensões que o olho é incapaz de ver, que o espaço e o tempo são para nós nada mais do que intuições, as ferramentas de percepção e de comunicação poderão realizar esse paradoxo das aparências que consiste em comprimir a dimensão do universo em um perpétuo efeito de encolhimento. (VIRÍLIO, 1996, p. 43)

A noção de acontecimento deve ser, por fim, uma das formas de se analisar a problemática do presentismo na Comunicação. Uma primeira abordagem dessa questão pode ser realizada a partir do artigo “O acontecimento e a mídia”, de Vera França. No texto, a autora preocupa-se em problematizar as diferentes noções de acontecimento para conceituar e caracterizar o acontecimento midiático. Para França, portanto, acontecimento pode ser conceituado como:

Fatos que ocorrem a alguém; que provocam a ruptura e desorganização, que introduzem uma diferença. Eles fazem pensar, suscitam sentidos, e fazem agir (têm uma dimensão pragmática). E tais ocorrências curto-

circuítam o tempo linear; ocorrendo no nosso presente, eles convocam um passado e re-posicionam o futuro” (FRANÇA, 2012, p. 14)

Dessa maneira, como forma de analisar as características do acontecimento indicadas no conceito proposto pela autora, é possível apresentar três pontos de compreensão. Em primeiro lugar, de acordo com França, um acontecimento acontece com alguém e não são as suas características intrínsecas que o destacam, mas antes o seu poder de afetar o indivíduo (ou, ainda, a coletividade). Segundo a autora, “o acontecimento o é porque interrompe uma rotina, atravessa o já esperado e conhecido, se faz notar por aqueles a quem ele acontece” (FRANÇA, 2012, p. 13). Resgatando o conceito da autora, é possível, ainda considerar que o acontecimento consiste em uma ruptura, uma vez que ele “penetra sem aviso prévio” (FRANÇA, 2012, p. 13), gerando impasses e interrogações. Por fim, a autora apresenta ainda a noção de que o acontecimento “suscita sentidos, faz pensar, incita à busca de resposta e alternativas” (FRANÇA, 2012, p. 13). O acontecimento é, portanto, para a autora, provocador e é conhecimento. Ao ressaltar esse viés hermenêutico do acontecimento é que a autora considera possível a relação que ele realiza, convoca entre o passado e o futuro. O acontecimento, conforme França, nos faz olhar para trás de maneira diferente e indagar sobre as suas causas e os seus anúncios. De maneira semelhante, de acordo com a autora, o acontecimento faz agir, apresentado também uma inclinação do acontecimento ao futuro.

A perspectiva a respeito do acontecimento para a autora conversa com aquela proposta pelo filósofo esloveno Slavoj Žižek no livro *Acontecimento*, no qual o autor argumenta que o estado mais elementar do acontecimento é justamente aquele que provoca uma mudança no próprio arcabouço pelo qual percebemos o mundo e nos envolvemos nele, e não algo que ocorra “dentro do mundo”(ŽIZEK, 2017, p. 16). Além disso, o fator imprevisível do acontecimento também é abordado por Žižek, já que o filósofo também acredita que o acontecimento é “algo chocante, fora do normal, que parece acontecer subitamente e que interrompe o fluxo natural das coisas” (ŽIZEK, 2017, p. 8).

Uma outra maneira de se entender o acontecimento e como ele pode ser objeto de estudo na Comunicação pode ser apreendido do artigo “A atualidade mediática: o conceito e suas dimensões”, de Luiz C. Martino. De acordo com Martino, apesar de ter a sua importância reconhecida, a noção de atualidade não tem gerado

muita polêmica de maneira que não se tem colocado essa questão na centralidade do debate em Comunicação. Em geral, de acordo com o autor, a questão é costumeiramente associada à ideia de tempo presente, informação, novidade e notícia. Uma das razões para isso se dá devido a uma “certa insistência e mesmo redução do tempo à atividade jornalística” (MARTINO, 2009, p. 2). Uma outra tentativa de compreender as razões para isso, de acordo com o autor, diz respeito à ideia comum a muitos teóricos de que o fluxo de informações jornalísticas é baseado na curiosidade humana. Martino não concorda com essas perspectivas e indica que, apesar de “as evidências e a facilidade de compreender os fenômenos a partir de uma compreensão banal (senso comum)” gerarem clarezas aparentes, elas constituem “verdadeiros obstáculos epistemológicos” (MARTINO, 2009, p. 2).

Para Martino, na verdade, “a atualidade não pode ser reduzida a uma faculdade intrínseca à natureza humana” (MARTINO, 2009, p. 4). Na visão do autor, ao contrário, a atualidade faz parte de um processo histórico do surgimento da sociedade complexa.

Sociedades anteriores podem ter se servido de tecnologias de comunicação, mas quase sempre este uso esteve voltado para informações administrativas ou comerciais – como atestam os primeiros usos da escrita na Antiguidade – e mesmo outros usos, como a geração de informações acerca de deslocamentos de grupos hostis ou catástrofes naturais, mas não para representar e sondar a vida social. (MARTINO, 2009, p. 3)

Assim, de maneira a diferenciar o que entende por atualidade mediática, Martino parte, primeiramente, para a distinção existente entre ela e a atualidade jornalística, “de longe o sentido mais empregado” (MARTINO, 2009, p. 5) para o termo. Não se pode reduzir a apreensão do conceito de atualidade apenas aos fatos jornalísticos. A atualidade, de acordo com Martino, não pode ser resumida às notícias, apesar de ter uma “relação visceral” (MARTINO, 2009, p. 5) com elas.

Nesse sentido, ao extrapolar o sentido de atualidade mediática para além da atualidade jornalística, Martino sugere que “o problema da atualidade deve ser situado como uma relação particular da dinâmica dos acontecimentos” (MARTINO, 2009, p. 6). É, portanto, a partir dessa aproximação que Martino analisa o trabalho do historiador estadunidense Daniel Boorstin, que cunhou o conceito de pseudo-acontecimento. Boorstin parte da constatação de que a demanda desmesurada por informação e cultura força a produção de conteúdos, de modo que “os jornais não

podem apenas espelhar os acontecimentos do mundo, faz-se necessário sua fabricação para atender à avidez do público” (MARTINO, 2009, p. 6).

No entanto, para Martino, apesar de as contribuições de Boorstin já indicarem para a existência, no âmbito do que aquele autor chama de pseudo-acontecimento, de problemas estritamente comunicacionais ao se abordar a questão da atualidade e do acontecimento, é com Pierre Nora que se dá o passo decisivo para o estabelecimento da centralidade da Comunicação em se pensar as noções de acontecimento. Nora faz uma identificação entre o social e o mediático, de maneira que os acontecimentos sociais existem por serem mediatizados. Assim, Martino concluiu que:

A adoção, aprofundamento e desenvolvimento deste ponto de vista, permite caracterizar, a nosso ver, a especificidade dos trabalhos em comunicação, pois coloca a mediação tecnológica, tal como realizada pelos meios de comunicação, como condição e expressão do social. A atualidade mediática, conseqüentemente, assume o valor de objeto de estudo (MARTINO, 2009, p. 7)

Com isso, voltamos à contribuição do historiador francês Pierre Nora, que, juntamente com Hartog, abriu este tópico no presente capítulo. Nora propõe que o acontecimento somente o é porque é conhecido, de modo que, para o historiador francês, não é possível desassociar o acontecimento dos meios de comunicação de massa, já que “nas sociedades contemporâneas é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar. Nesse sentido, e a partir do proposto por Nora, é possível verificar que “imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência” (NORA, 1995, p. 181).

É, portanto, a partir das compreensões a respeito do acontecimento propostas por Nora que se pode entender e propor as relações possíveis de serem estabelecidas entre a noção de presentismo (e, de maneira mais ampla, a noção de regimes de historicidade) com a pesquisa comunicacional e o estudo dos meios. Em suma, Hartog levantou os elementos ou “os principais traços” de um presente multiforme e multívoco que caracterizam o presentismo ou, ainda, como Hartog diz, “um presente monstro” (HARTOG, 2015, p. 259). Nora, por sua vez, ainda antes de Hartog, mas sem a ferramenta dos regimes de historicidade proposta por este, já apontava para o

destaque do presente em nosso tempo, considerando que “nenhuma época se viu, como a nossa, viver seu presente como já possuído de um sentido ‘histórico’” (NORA, 1995, p. 180), sem esquecer do poder dos meios nesse processo:

De agora em diante, o acontecimento oferece-se a ele [ao historiador] do exterior, com toda a força de um dado, antes de sua elaboração, antes do trabalho do tempo. E mesmo com muito mais força na medida em que os *media* impõem imediatamente o vivido como história, e que o presente nos impõem em maior grau o vivido. (NORA, 1995, p. 183-184)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises foram pautadas na tentativa de se estabelecer diálogos entre autores dos campos da História e da Comunicação a partir das noções de tempo histórico e tempo comunicacional ou midiático. Por se tratar de um estudo que se enquadra no campo comunicacional, os debates levantados e trazidos pelos historiadores foram enquadrados e entendidos a partir de uma leitura que colocou como ponto central o objeto mesmo da Comunicação.

Ainda que a questão de cronologia e do momento de vida em que os autores trabalhados não tenha sido ignorada, ela não foi fundamental para a estrutura da presente dissertação. Apesar de Fernand Braudel ter nascido antes de Reinhart Koselleck que, por sua vez, nasceu antes de François Hartog foi levando em conta, mas não determinou a escolha de abordar cada um em seu respectivo capítulo, nessa ordem. Antes, pensou-se em trazer à tona os debates que aquela disciplina passava ao longo do século XX (ou mesmo trazendo discussões a respeito do debate da narrativa da História ainda no século XIX, como foi o caso da insurgência dos Annales contra a história política de Ranke), associando-os à maneira de ser pensar e constituir o campo de pesquisa comunicacional e as reflexões a ele inerente, indissociável das questões do tempo.

Não sem surpresa, ainda, destaca-se que a estrutura desta dissertação, tal como foi estabelecida, buscou trazer, primeiramente, a abordagem da longa duração de Braudel, na qual a associação com o passado e com as estruturas (geográficas e sociais) pudessem ser observadas para, em seguida, analisar-se a maneira como o passado (ou o presente-passado, ou a “experiência”) diminuiu drasticamente seu papel no surgimento do que Koselleck conceituou de modernidade.

Para o historiador alemão, o “espaço de experiência”, algo que podemos associar ao passado da longa-duração, perdeu espaço para o avançar do “horizonte de expectativa”, fazendo com que um futuro-presente fosse mais importante e mais destacável do que o passado-presente. Essa concepção, por fim, foi fundamental para o estabelecimento da ferramenta de análise das crises do tempo proposta por Hartog, chamada de regimes de historicidade. Analisando os momentos de ruptura entre um antigo regime de historicidade (*historia magistra*), no qual o passado servia de lição para o presente, e um regime moderno de historicidade, em que a ideia de progresso marcava a sociedade, projetando a importância do futuro. Ainda utilizando-se da ideia

de regimes de historicidade, Hartog problematiza a existência de uma crise da ordem do tempo que ocorre na atualidade (sua hipótese propõe o ano de 1989, data da queda do Muro de Berlim, como data-chave para as transformações que analisa) e sugere o surgimento de um novo regime de historicidade, o presentismo.

As características do presentismo, que enchem de valor e de sentido apenas o presente, tornando-o inquieto, gigante, onipresente e monstruoso, é um elo possível de ser feito com as análises a respeito de um tempo propriamente comunicacional, a partir da contextualização do cenário midiático atual e pelas colaborações que Pierre Nora faz às ideias de atualidade e de acontecimento, muito caras à Comunicação e que devem ser extrapoladas da mera associação à atualidade jornalística, como ensina Luiz C. Martino.

A relação dos usuários com os meios de comunicação passam por profundas alterações ao longo dos tempos, algo que Innis reforça em seus estudos e que foi estressado no primeiro capítulo da presente dissertação. O contexto de digitalização dos meios, de convergência mediática, de plataformas que cada vez se integram e desempenham as funções de diferentes suportes sedimentam lógicas de produção, de distribuição e de consumo de conteúdo cada vez mais inovadoras e diversificadas. E é inegável que essas transformações – ainda que não exclusivas do contexto mediático atual – repercutem nas maneiras de se pensar as relações existentes entre temporalidade e comunicação.

Ao longo da pesquisa, considerou-se necessário desenvolver um estudo que buscasse analisar o contexto de digitalização dos meios em que nos encontramos e que, conforme apontado acima, tem uma intrínseca relação com as noções de tempo histórico e comunicacional. O desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação são parte constitutiva do que Manuel Castells nomeia de sistema econômico de “capitalismo informacional”, que se baseia na “tecnologia de conhecimentos e informação”, estabelecendo uma “íntima ligação entre cultura e forças produtivas e entre espírito e matéria, no modo de desenvolvimento informacional” (CASTELLS, 2016, p. 75). Esses fatores apontaram para novas formas de interação, controle e transformação social. E essas transformações passam, sem dúvidas, pelos meios de comunicação, pela produção cultural e pelas transformações tecnológicas que envolvem esta cadeia.

O capitalismo midiático e informacional vem se mostrando capaz de engendrar maneiras peculiares e diferenciadas de experiências com o tempo. Em vista desse contexto, estudar as características dos meios é fundamental, uma vez que um “meio de comunicação tem uma importante influência na disseminação do conhecimento através do espaço e do tempo e se torna necessário estudar suas características a fim de avaliar sua influência sobre o cultural” (INNIS, 2011, p. 59). Os meios são artifícios utilizados para a definição tanto da personalidade dos indivíduos quanto para a construção de uma identidade cultural (BOLTER & GRUSIN, 1999). Investigar suas características facilita a compreensão acerca de suas influências sobre o quadro cultural das sociedades (INNIS, 2011). Daí surge a necessidade e a importância de se promover discussões e de se empreender estudos a respeito das noções de tempo e os regimes de temporalidade que envolvem a relação dos sujeitos com os meios no âmbito do saber comunicacional.

Dessa forma, considerando-se as transformações destacadas das experiências de tempo histórico e as contribuições dos historiadores estudados, entende-se que o pensamento a respeito de um tempo comunicacional passa pela relação com os meios. Assim, o presente estudo buscou demonstrar que é possível de ser estabelecido um diálogo entre as concepções de tempo histórico e uma noção de tempo comunicacional, levando-se em consideração o papel fundamental dos processos de comunicação e da contribuição que o saber comunicacional tem a prestar na compreensão dessas dinâmicas.

Longe de se propor a esgotar o assunto, a presente dissertação, na verdade, reconhece que, concluindo-se as leituras que aqui foram feitas dos autores apresentados, novos questionamentos podem ser realizados, demonstrando-se, mais uma vez, quão relevante é o tema para a pesquisa comunicacional. Assim, para além dos questionamentos que pautaram e orientaram a presente pesquisa, novas questões surgem, como sugere o bom espírito científico de Bachelard. Dessa maneira, como seria possível articular as relações existentes entre comunicação, história e memória ou, ainda, de que maneira seria possível avaliar as funções das narrativas midiáticas nas expectativas para o futuro (se é que ele pode ser pensado no regime presentista de historicidade), nos vínculos que exercem em relação às experiências de memória do passado e nas formas de organizar o tempo? Como novas tecnologias afetam, na prática, a relação existente entre comunicação e temporalidade?

Naturalmente, novas perguntas surgirão na medida em que o pesquisador se propõe a, cada vez mais, investigar os fenômenos que envolvem as tecnologias de comunicação e a tentar compreender as dinâmicas e as peculiaridades da reflexão do tempo no saber comunicacional. Acredita-se, conforme ressalta Samuel Mateus, que “a relação entre comunicação e temporalidade será um dos campos de estudos mais promissores das Ciências da Comunicação” (MATEUS, 2013, p. 179). Esta dissertação, nesse cenário, procurou contribuir para este debate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, Gaston. A noção do obstáculo epistemológico. In: **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996. p. 17-28.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Tempo, tempo histórico e tempo midiático. In: MUSSE, Christina Ferraz; VARGAS, Herom, NICOLAU, Marcos. (Orgs.) **Comunicação, mídias e temporalidades**. Salvador: EDUFBA. 2017. p. 19-36.
- BARBOSA, Rodrigo Miranda. **Um programa de pesquisa comunicacional a partir de Harold Innis e Marshall McLuhan**. Brasília: UnB, 2014.
- BARROS, José Costa D'Assunção. **A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento**. Revista História em Reflexão, v. 4, n. 8, 2010, p. 1-29.
- _____, José Costa D'Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2013.
- _____, José Costa D'Assunção. **Koselleck, a história dos conceitos e as temporalidades**. Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades, año 18, n. 35, 2016. p. 41-53.
- BENTIVOGLIO, Julio. **A história conceitual de Reinhart Koselleck**. Dimensões, v. 24, 2010. p. 114-134.
- BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. **Remediation: Understanding new media**. Cambridge:MIT Press, 1999.
- BRASIL. **Lei de Acesso a Informação** (nº 12.527). 2011.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In.: **Escritos sobre história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p. 41-78.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.
- BUXTON, William J. **Harol Innis' "French Inflection": Origins, Themes, and Implications of His 1951 Adress at Collège de France**. Canadian Journal of Communicaction, v. 29(2), 2004. p. 171-186.
- CAREY, James. Space, time and communications: A tribute to Harold Innis. In: **Communication as Culture**. New York: Routledged. 2009. p. 109-132.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- FRANÇA, Vera. **O acontecimento e a mídia**. In.: Galáxia (São Paulo *online*), n. 24, 2012. p. 10-21.
- HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Lisboa: Relógio D'Água, 2014.

- _____, Byung-Chul. **A agonia de Eros**. Lisboa: Relógio D'Água, 2014b.
- _____, Byung-Chul. **Psicopolítica**. Lisboa: Relógio D'Água, 2015.
- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.
- _____, François. **Marshall Sahlins et l'anthropologia de l'histoire**. In.: *Annales. Economies, sociétés, civilisations*, 38eme année, n. 6, 1983. p. 1256-1263.
- _____, François. **Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo**. In.: *Revista de História*, v. 148, n. 1, 2003. p. 09-34.
- HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo. In: **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola. 2008. p. 186-289.
- HOFFMANN, Stefan-Ludwig. **Review of Book Regimes of Historicity: Presentism and Experiences of Time**. In.: *American Historical Review*, v. 121, issue 2, 2016. p. 535-536.
- HRUBY, Hugo. **A complexidade do tempo histórico**. In.: *História e Perspectiva*. v. 54, jan/jul, 2016. p. 271-279.
- INNIS, Harold A. **O viés da comunicação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- JASMIN, Marcelo. Apresentação. In.: **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006. p. 9-12.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- KIRSCHNER, Tereza Cristina. **A reflexão conceitual na prática historiográfica**. *Textos de História*, v. 15, n. 1/2, 2007. p. 49-61.
- KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. In.: *Estudos Históricos*. v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.
- _____, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006.
- _____, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2014.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LENCLUD, Gerard. **Traversée dans les temps**. In.: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 2006. p. 1053-1084.

- LOGAN, Robert K. **Figura/Fundo: Decifrar o código McLuhan**. In. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 14, n. 13, 2011. p. 1-13.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. **Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para um estudo**. Revista de História, n. 146. 2002, p. 11-27.
- MARTINO, Luiz C. **Le Concept de Moyen de Communication dans l'École de Toronto**. Canadian Journal of Communication, v. 37, n. 4, p. 595-611, 2012.
- _____, Luiz C. **Atualidade mediática: o conceito e suas dimensões**. In: Compós, Encontro da Associação Brasileira de Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2009, Belo Horizonte. XVIII Compós. Belo Horizonte, 2009.
- _____, Luiz C. **Pensamento comunicacional canadense: as contribuições de Innis e McLuhan**. Comunicação, Mídia e Consumo. v. 5, n. 14, p. 123-148, 2008.
- _____, Luiz C. Prefácio. In.: **O viés da comunicação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- MATEUS, Samuel. **O presenteísmo: meditações atuais sobre comunicação e temporalidade**. In.: Revista Fronteiras: Estudos Midiáticos, v. 15, n. 3, 2013. p. 170-181.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2007.
- NICOLAZZI, Fernando. **A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea**. In.: História: Questões & Debates, n. 53, 2010. p. 229-257.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierra. (Orgs.) **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1995. p. 179-193.
- PEREIRA, Vinícius Andrade. **Entretenimento como linguagem e multissensorialidade na comunicação contemporânea**. In: Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2013, Manaus. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, 2013.
- PIMENTA, João Paulo. **História do presentismo, história presentista? A propósito de Regimes de Historicidade, de François Hartog**. In. Revista história (São Paulo), n. 172, 2015. p. 399-404.

- REISDORFER, Thiago. **Resenha Estratos do Tempo**. In.: Diálogos – Revista do Departamento de História do Programa de Pós-Graduação em História, v. 20, n. 2, 2016. p. 218-221.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro; LEAL, Bruna Souza; GOMES, Tania. **A historicidade dos processos comunicacionais: elementos para uma abordagem**. In: MUSSE, Christina Ferraz; VARGAS, Herom, NICOLAU, Marcos. (Orgs.) *Comunicação, mídias e temporalidades*. Salvador: EDUFBA. 2017. p. 37-57.
- RODRIGUES, Henrique Estrada. NICOLAZZI, Fernando. **Entrevista com François Hartog: história, historiografia e tempo presente**. In.: Revista História e Historiografia, n. 10, 2012. p. 351-371.
- THOMPSON, E.P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em cultura**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. p. 267-304.
- VIRÍLIO, Paul. **A arte do motor**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- _____. **A velocidade da libertação**. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.
- ZIZEK, Slavoj. **Acontecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.